

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ANDERSON CRUZ DOS REIS

REFLEXO DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NA CIDADE DE PARAUPEBAS:

DO BREVE CONTEXTO MUNDIAL À SUA FORMAÇÃO

SÃO LUÍS

2018

ANDERSON CRUZ DOS REIS

**REFLEXO DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NA CIDADE DE PARAUAPEBAS:
DO BREVE CONTEXTO MUNDIAL À SUA FORMAÇÃO**

Monografia apresentado ao Curso de Ciências
Econômicas na Universidade Federal do
Maranhão, a ser utilizado como diretrizes para
manufatura do Trabalho de Conclusão do Curso

SÃO LUÍS

2018

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Reis, Anderson Cruz dos.

Reflexo do processo de urbanização na cidade de
Parauapebas/PA : do breve contexto mundial à sua formação
/ Anderson Cruz dos Reis. - 2018.

66 f.

Orientador(a): Cesar Augusto Labre Lemos de Freitas.
Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas,
Universidade Federal do Maranhão, São Luís, Maranhão,
2018.

1. Amazônia. 2. Economia. 3. Parauapebas. 4.
Programa nacional de desenvolvimento. 5. Urbanização. I.
Freitas, Cesar Augusto Labre Lemos de. II. Título.

ANDERSON CRUZ DOS REIS

**REFLEXO DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NA CIDADE DE PARAUPEBAS:
DO BREVE CONTEXTO MUNDIAL À SUA FORMAÇÃO**

Monografia Final de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de Economia da
Universidade Federal do Maranhão (UFMA).
Orientador(a): Prof. Dr. César Augustus Labre
Lemos de Freitas

Em São Luís: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Cesar Augusto Labre Lemos de Freitas (orientador)

Prof. Ricardo Zimbrão Affonso De Paula

Prof. João Gonsalo de Moura

AGRADECIMENTO

Acima de tudo, agradeço em primeiro lugar a Deus por mais esta conquista. Em segundo lugar, ao meu Orientador, professor e amigo César Labre pela força e paciência ao longo deste processo acadêmico, e também a Dona Izabel pelo imenso cuidado com carinho a todos, em especial a mim durante esse tempo de curso.

No mesmo patamar coloco toda a minha família pela paciência e atenção que todos tiveram comigo ao longo desta minha vida e que ainda vão continuar por muito tempo (tia Maria das Mercês, tia Conceição de Maria e o meu Padrinho Itamar) pelo incentivo na época do vestibular tradicional e pelo fim do curso). A minha mãe Itaimar e meu pai Sebastião que amo, ao meu irmão Leanderson muitíssimo obrigado por tudo.

Não posso esquecer os grandes amigos que me acompanham desde o primeiro momento na vida de UFMA e aos outros que já pegaram o bonde da colina andando. Não citarei os nomes para não esquecer de ninguém, mas que saberão pessoalmente por mim e o meu muito obrigado.

E uma dedicação mais que especial a minha avó Eunice pelas broncas e puxões de orelha, mas que foi de um ótimo ensinamento de calma e sabedoria a todos que a desejam escuta-la.

Obrigado!

*Ó terra de cerrados e densas
florestas
Onde habita um povo varonil
Teu solo tem minérios de
onde jorra o ferro
Castanhais, madeira e
grandes rios
As serras e montanhas
demonstraram firmeza
De uma terra nova sem igual
Teu povo acredita em ti,
Parauapebas
Presente e futuro nacional
Hino de Parauapebas*

RESUMO

Desde dos anos 70, vários autores buscam entender um organismo vivo e mutável chamado cidade, é na existência dela que toda uma cadeia estrutural contempla a transformação do homem em diferentes etapas do processo evolucionar. Do homem pré-histórico até o homem contemporâneo, o processo de urbanização se construiu e desconstruiu, diante de uma necessidade inicial deste querer se fixar em um local para promover a troca de relações social e comercial básico via proteção. Passando a surgir a primeira formação de cidade no mundo que foi a da mesopotâmia, depois elevando sua estrutura durante o avanço do império romano com grandes contribuições grega e turca. Declinando no período medieval e ressurgindo mais tarde durante a Revolução Industrial. No Brasil, esse processo urbano só passa a crescer após a crise do café em 1929 como consequência da visão do Estado em promoção do desenvolvimento tardio da industrialização brasileira e que intensificou movimentação populacional em prol dessa urbanização. Muitos mecanismos foram criados e um deles o Projeto Grande Carajás foi o propulsor da mudança do espaço para a formação de uma vila de operários e mais tarde sendo emancipado para se tornar o município de Parauapebas, sudeste do Pará. Com isso, nota-se uma linha tênue de atuação dos primeiros agentes na cidade antiga mundial à agentes na cidade atual, e de que como este processo é capaz de interferir na transformação espacial para atender a necessidade de quem lhe moldou, ou seja, os seus reflexos.

Palavras-chaves: urbanização, industrialização, progresso, regional e urbana, capitalismo, política nacional, economia, CEPAL, Projeto Grande Carajás.

ABSTRACT

Since the 1970s, several authors have sought to understand a living and mutable organism called the city, it is in its existence that a whole structural chain contemplates the transformation of man at different stages of the evolutionary process. From prehistoric man to contemporary man, the process of urbanization was built and deconstructed, in the face of an initial need for this to be fixed in a place to promote the exchange of basic social and commercial relations through protection. The first formation of a city in the world that was that of Mesopotamia began to emerge, later elevating its structure during the advance of the Roman empire with great Greek and Turkish contributions. It declined in the medieval period and resurfaced later during the Industrial Revolution. In Brazil, this urban process only began to grow after the coffee crisis in 1929 as a consequence of the State's view in promoting the late development of Brazilian industrialization and that intensified the population movement in favor of this urbanization. Many mechanisms were created and one of them the Carajás Grande Project was the propeller of the change of the space for the formation of a village of workers and later being emancipated to become the municipality of Parauapebas, southeast of Pará. the tenuous line of action of the first agents in the ancient world city to the agents in the present city, and that as this process is able to interfere in the spatial transformation to meet the need of those who shaped it, that is, its reflexes.

Keywords: urbanization, industrialization, progress, regional and urban, capitalism, national politics, economy, CEPAL, Carajás Grande Project

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA

Figura 1 – Processo de migração no Brasil (1950-1990)	38
Figura 2 – Mapa Topográfico da Serra dos Carajás e seus campos de concentração mineral	45
Figura 3 – O complexo do Projeto Grande Carajás	47
Figura 4 – O caminho da Estrada de Ferro Carajás entre o Pará e o Maranhão	47
Figura 5 – Mapa da região de Parauapebas, Curionópolis e Eldorado dos Carajás	48
Figura 6 - Mapa Atual da Explosão da Urbanização do Município de Parauapebas	52

GRÁFICO

Gráfico 1 - Números de Imigrantes entrados no Brasil	30
Gráfico 2 – Números do crescimento Populacional por Região do Brasil	37
Gráfico 3 – Números do crescimento populacional Total, Urbano e Rural no Brasil	38
Gráfico 4 – Índice anual de Projeção de números de Habitantes em Parauapebas	50
Gráfico 5 – Porcentual de Naturalidade dos chefes de famílias que moram na orla do Rio de Parauapebas	51
Gráfico 6 - Composição estatutária por Sexo, Idade na composição da população de Parauapebas	53
Gráfico 7 – Taxa de Homicídio por 100 mil habitantes no Brasil, Pará e Parauapebas	58
Gráfico 8 – Relação entre Taxa de Homicídio com a Taxa Populacional	58

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Total, Urbana e Rural da população de Parauapebas	52
Tabela 2 – Taxa de Longevidade, Mortalidade e Fecundidade em Parauapebas	53
Tabela 3 – PIB, os valores adicionados, per Capita e Balança Comercial	54
Tabela 4 – PIB Total, Setorial, Percentual de Participação e Taxa Geométrica de Crescimento Anual 2000-2013	55
Tabela 5 – Empregos por Setor em Parauapebas	56
Tabela 6 – Empresas por Setor em Parauapebas	56
Tabela 7 -Renda, Pobreza e Desigualdade - Município - Parauapebas – PA	57
Tabela 8 – Índice do número da Habitação com o Saneamento Básico	59
Tabela 9 – Taxa de domicílios abastecidos por serviços essenciais	60

LISTA DE SIGLAS

BASA	Banco da Amazônia S/A
BNDE	Banco Nacional do Desenvolvimento
CEPAL	Comissão Econômica dos Países América Latina
CHESF	Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAPESPA	Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
PGC	Projeto Grande Carajás
PND	Programa Nacional de Desenvolvimento
PNI	Programa de Integração Nacional
PNUD	Programa das Nações Unidas de Desenvolvimento
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste
RADAM	Programa de Radar da Amazônia
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO	Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUDESUL	Superintendência de Desenvolvimento do SUL

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
1.1 Objetivo.....	13
1.2 Justificativa	14
1.3 Metodologia	16
2. PROCESSO DE URBANIZAÇÃO	18
2.1 Início da Urbanização no mundo até o fim da Idade Média	20
2.2 Revolução Industrial e a Urbanização da Europa	23
3. A INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL	27
3.1 Anos 30: declínio do café e surgimento da indústria brasileira	28
3.2 Anos 50: o petróleo é nosso	32
3.3 Anos 70: milagre econômico brasileiro	34
4. O ESTADO E PROGRAMA GRANDE CARAJÁS (PGC): CIDADE DE PARAUAPEBAS/PA	39
4.1 O Estado e a ocupação da Amazônia.....	39
4.2 Projeto Grande Carajás: sua história.....	45
4.3 A Urbanização de Parauapebas/PA	48
4.3.1 População.....	50
4.3.2 Economia	53
4.3.3 Renda	56
4.3.4 Transporte	57
4.4 Os efeitos negativos da urbanização no Município	57
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
6. REFERÊNCIA	63

1. INTRODUÇÃO

Essa monografia tem a pretensão de estudar algumas questões que sobre os preceitos básicos da disciplina de Regional e Urbana, para explicar a formação do dinamismo e o reflexo do espaço urbano do município de Parauapebas em uma relação com a atividade mineradora industrial pela empresa Vale (antes era a empresa estatal Companhia Vale do Rio Doce) via ao Projeto Grande Carajás. Mas é preciso compreender como ocorre o processo de urbanização: conceituar, compreender as causas/efeitos e estudar suas variâncias.

A área que engloba a matéria principal é tecnicamente nova, vem sendo discutido já por fim do século XX e mesmo assim se encontra em plena expansão de transformação, como o Professor Filho (2001), em que:

Esse fenômeno está associado às mudanças radicais nas formas e nos modos de produção e de organização industriais, bem como à globalização e à abertura das economias nacionais. Quanto ao primeiro fenômeno devem ser considerados os aspectos da flexibilização e da descentralização, dentro e fora das organizações, os quais ocasionam impactos importantes em termos de reestruturação funcional do espaço. Quanto ao segundo fenômeno, esse tem provocado impactos consideráveis sobre os custos e sobre os preços relativos das empresas, as quais têm levado cada vez mais em conta fatores locais em suas estratégias de competitividade. Filho. 2001

A problemática da urbanização no Brasil é algo antigo que causa preocupação por parte do Governo Federal desde dos anos de 1930 gerado pela crise de 29, que afetou todo o complexo de cadeias cafeeiras e com consequência promoveu o êxodo rural-urbano nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Mas na década de 50, houve uma nova relevância e rediscussão do assunto movido agora pelos problemas regionais causado pela centralidade industrial, como o autor Cano (1988):

Por isso chamei essa urbanização, de “suportável”. Na periferia, porque sua expressão absoluta e relativa ainda era pequena; no centro dominante, porque ela se deu em paralelo com uma formidável incorporação de mão-de-obra e com assentamentos humanos bastante concentrados na capital de São Paulo. O forte aumento do emprego com mobilidade social proporciona ao centro urbano onde ocorre arrecadação fiscal também crescente e municípios com recursos para resolver boa parte de suas próprias carências sócias [...] permitia ainda ao Estado prover serviços públicos urbanos a custos aceitáveis e, por outro lado, não favorecia como hoje a desenfreada especulação imobiliária, o alto custo do transporte coletivo, etc. Cano. 1988

A princípio após a crise de 29, o Brasil passa timidamente adotar a indústria manufatureira como saída desse caos. Entre os anos 30 até o fim dos 50 há um processo

suportável de urbanização dessas cidades, mas logo uma nova face é exposta nas próximas subsequências das três décadas.

Se a urbanização da década de 1950 foi 'suportável' a década seguinte passou a ser problemática e, a da de 1970 'caótica' com perda da qualidade do padrão de vida que as cidades ofereciam, com a perda de qualidade e a 'privatização' da maior parte dos serviços públicos e a incapacidade política [...] Cano. 1988

É também necessário para o entendimento deste assunto, o papel que a “cidade” envolve na área do desenvolvimento, que para o autor Speridião Faissol (1975, p. 15) “a cidade é um foco de concentração de atividades e de irradiação de inovações, duas funções essenciais no contexto do processo de desenvolvimento”. Em outras palavras, a cidade possui o poder de se relacionar, organizar todos os meios a sua volta de forma estrutural, espacial e dinâmico.

no sentido Perroux-Hirspmann, de que ela é essencialmente desequilibrada inicialmente. Crescimento rápido na produção total e crescente concentração beneficiada e propiciada por economias de escala, tem gerado sempre um padrão estrutural comumente descrito como Núcleo-Periferia. O mecanismo é o mesmo descrito por economistas como Myrdall ou Hirschman e é esta concentração que acumula momentum, gera demandas de matérias-primas nas regiões periféricas e com esta demanda se inicia um processo de crescimento nas mesmas, diferenciado e especializado, segundo a natureza dos recursos regionais. A medida que o Núcleo básico se desenvolve e se transforma, os seus níveis de renda vão aumentando, a um ponto em que numerosas indústrias vão sendo tornadas não competitivas e literalmente expulsas (Berry usa a expressão priced out), filtrando, por assim dizer, para núcleos não metropolitanos, onde elas não só vão encontrar tetas salariais mais baixos, como poderão gerar impulsos de crescimentos nos mesmos. Faissol, 1975

Assim esbarramos no porquê de cidades brasileiras, como o caso de Parauapebas em especial, que nasceram de uma economia isolada e associativa com pequenas outros tipos de atividades econômicas, possuem tantas dificuldades de desvincular deste dinamismo e acabam provando o lado negativo deste reflexo. Por isso, a necessidade de se discutir entrelaçamento do crescimento e dinamismo econômico produtivo.

1.1 Objetivo

O objetivo geral é compreender e estudar, como a implantação desses grandes projetos interfere no seu local de atuação: alterando as suas estruturas, relações do crescimento e desequilíbrio por ela na esfera socioeconômico da cidade de Parauapebas, na mesorregião do sudeste do Pará.

O objetivos específicos são:

- Conceituar o que é urbanização dentro da construção da linha temporal do processo de urbanização mundial. Trazendo em geral, os elementos básicos para dentro da questão;
- Identificar durante a construção do enredo histórico do processo urbano, modelos ou postos-chaves que correspondem ao desenvolvimento econômico da cidade e de como os agentes se correlacionam dentro deste organismo vivo e mutável;
- Entender e Desenvolver, o papel que Estado desempenha durante o século XX, no desenvolvimento da atividade industrial no Brasil e como afeta ou agrega a urbanização também neste período.
- Estudar como o Governo brasileiro passa a integralizar as regiões, principalmente a região Amazônica e como adoção de Grandes Projetos Nacionais, por exemplo a indução da Mineração Industrial no estado do Pará, influenciou no processo de Formação do Município de Parauapebas-PA;
- E Compreender e Estudar os dados econômicos e sociais, que compõem as estruturas básicas no desenvolvimento da cidade e suas consequências. Afim de elucidar a questão chave desta monografia.

1.2 Justificativa

Nos anos de 2009 e 2015, duas crises marcaram a história do nosso país e em especial a cidade de Parauapebas que é o fruto do Projeto Grande Carajás -PGC, levando-a uma situação conflitante de existência. Onde por muito pouco tempo, chegou a ser a cidade de maior renda per capita do país e de um PIB inigualável se comparado a outras cidades de formação ou desenvolvimento iguais. E hoje assolar uma crise comercial, imobiliária, violência e etc. Mas antes é necessário haver um retrocesso de informação para entender a proposta deste estudo.

A história da Amazônia é, assim, reveladora de que a expansão do sistema capitalista não se fez mediante um só modelo. No caso da região, o processo de apropriação por múltiplos atores em quase dois séculos de disputa aproxima-se muito mais de um modelo caribenho do que sul-americano. Não seria demais aventar que os marcos de tal modelo histórico ainda hoje presente na região explicam a disparidade e os conflitos de interesses que impedem concepções e ações adequadas para o desenvolvimento regional. Becker, 2009

Mediante ao um todo contexto único, como se o Brasil possuísse duas histórias interdependentes. A qual a região Amazônica desempenhar até os dias de hoje um papel de

importância econômica, social e de defesa nacional. E nada mais que útil aproveitar esse gancho que foi o governo no período desenvolvimentista (um grande propulsor de investimentos) e como essa relação fez que surgisse o município de Parauapebas dentro do Projeto Grande Carajás.

Quando você estuda a história da cidade, logo se vê traços até os dias atuais desse progresso na região amazônica, embora se apresente várias consequências a qual pretendo verificar dentro da linha da pesquisa. Atrás de reunir material suficiente para o desenvolvimento da pesquisa, foi constatado que há um hiato no que se refere a Amazônia do ponto de vista econômico, mas nada que altere a proposta desta monografia.

se a Amazônia é efetivamente uma região então há que se substituir a política de ocupação por uma política de consolidação do desenvolvimento”, que no caso paraense seria a inserção de grandes projetos; para tanto, é necessário articular os diferentes projetos e os diversos interesses e conflitos que incidem na região. Becker 1982, p. 83

Retornando ao eixo da justificativa, os períodos da colonização à primeira república, a coroa portuguesa passa a ver a região como um polo econômico para atividade extrativista visando o interesse da economia internacional até o início do século XIX. Por volta do ano de 1933, se inicia uma nova fase para o Brasil com a industrialização tardia provocado pelo governo de Getúlio Vargas. Mas propriamente só no seu segundo mandato e com uma ameaça de tirar a região do controle brasileiro, se começa a adotar um plano de ocupação e desenvolvimento da Amazônia como justificativa para a defesa do país. Para que esse plano desse certo, foi necessário o governo criar vários instrumentos para que setores privados e públicos fosse para essa região. E para complementar, no país as ideias desenvolvimentistas começam a se espalhar através da CEPAL, mas no governo de Juscelino com o programa '50 em 5' que várias linhas de incentivos surgiram (como a construção de rodovias da transamazônica, Belém-Brasília, SUDAM, BASA, Banco do Nordeste, SUDENE e etc.).

A segunda fase do desenvolvimento teve o seu início na segunda metade da década de 1950, quando aumentaram os investimentos e o fluxo migratório para a região e foram iniciadas pesquisas para verificar a viabilidade econômica da exploração de recursos naturais.... Em 1967 foram feitas descobertas de grandes reservas de minérios na parte oriental da Amazônia, em especial na localidade Serra dos Carajás, no Estado do Pará”. Madeira, 2000.

Dentro do Programa Grande Carajás foram criadas várias linhas de incentivos tudo para que a atividade de extrativo mineral seja realizado entre a vila dos operários (que hoje é a cidade de Parauapebas-PA) até São Luís/MA pelo porto do Itaqui. A cidade surgiu como uma simples vila de operários da Companhia do Vale do Rio Doce, mas ao decorrer do tempo com o

aumento de trabalhadores vindo de outros estados se alocando na vila. Ela foi se transformando e hoje a cidade passa por problemas de grandes cidades, mas com estrutura de pequenas.

O estudo verificar em que momentos esses reflexos de grandes incentivos para o desenvolvimento da região podem interferir na direção dessa cidade, como outras que surgem pelo país. E com isso, espero ajudar a entender melhor como se dá esse processo de desenvolvimento em volta de um contexto. Ver como a cidade reflete dentro de si e passa aos que vivem nela, como funciona e é gerido a renda, educação, moradia, etc.

Os dois maiores problemas atuais são: a primeira ótica é forte presença de migração de trabalhadores e suas famílias. E a segunda ótica é os reflexos do processo da atividade mineradora na região amazônica na transformação e na formação socioeconômico da região de Parauapebas.

1.3 Metodologia

O tipo de pesquisa será baseado em textos, artigos referentes ao tema principal da monografia a ser desenvolvida. Sem levar em conta textos com temas de origens similares que visam complementar a base de conhecimento no período de 1930 até o fim do boom das commodities (2014-15). Além disso, há um grande uso de dados de origem:

- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, referentes aos índices de desenvolvimento sociais;
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, para colhimento de dados referentes ao censo demográfico e Produto Interno Bruto do Município;
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA junto com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, produziram o site Atlas da Violência, que ajuda em muito em identificar o índice do grau de violência no Brasil, estado do Pará e Parauapebas;
- Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará – FAPESPA, na busca de dados referentes a saldo da balança comercial;
- Prefeitura Municipal de Parauapebas, sobre a história e dados do Projeto da Orla do Rio Parauapebas;

Em relação ao uso dos dados do IBGE são do censo demográfico entres os anos de 1999, 2000 e 2010. Já do PIB municipal são entres os anos de 2002 a 2015, mas o fazer o enfoque por setores primários, secundários e terciários o ano escolhido foi 2013 por ser o ano

que registrou o maior aumento do PIB durante a série. Ao subdividir por ramos de distribuição de empregos por empresas

Assim, ao iniciar o primeiro capítulo com uma retomada na história do processo de urbanização no mundo e como esses avanços ou recuos moldaram bases de estrutura destas cidades em pleno seio da sociedade. No segundo capítulo, voltou a discutir o processo só que no âmbito local nacional e com o surgimento da industrialização no Brasil. E no terceiro capítulo, utilizarem os ingredientes das transformações urbanas como base de propulsão para o desenvolvimento inter-regional na região Amazônica como fonte básica de matérias-primas, levando grandes indústrias e consigo a população a viverem nestas cidades. E também, analisaremos os dados socioeconômicos da cidade afim de entender os reflexos de toda essa construção.

2. PROCESSO DE URBANIZAÇÃO

A urbanização é o processo de transformação de uma sociedade, região ou território de rural para o urbano, ou seja, não representa somente o crescimento da população das cidades, mas o aumento dessa relação aos habitantes do campo. Pena, 2010

Através dessa deste capítulo, abordaremos o aspecto da natureza da relação da sociedade via questão urbana. Embora, antes deva-se fazer uma breve narrativa histórica para se trazer elementos úteis para a construção da linha do surgimento dos primeiros sinais de transformação do espaço rural para o urbano e de que como essa mudança criou uma nova estrutura organizacional de seus meios de consumo, de reprodução de força, de trocas nas cidades.

O processo de urbanização está correlacionado ao fato da relação da cidade e campo. Mas para se compreender bem essa base é de fundamental o estudo sobre o entendimento do que seja a cidade, já que é esse meio ao qual nós vivemos e dependemos. Existem vários agentes perceptivos e participativos que englobam uma série de fatores dentro dela. Então, esse é um objetivo para se estudar e é bom salientar ao questionamento de que é necessário acompanhar esse processo histórico. Conforme o autor Lobato (1989):

a cidade deriva do fato de ser ela o lugar onde vive parcela crescente da população. Mas também de ser o lugar onde os investimentos de capital são maiores, seja em atividades localizadas na cidade, seja no próprio urbano na produção da cidade. E mais: de ser o principal lugar dos conflitos sociais. Cano, 1989

Interessante a essência do caráter que compõem a cidade, pois é nela que vive uma grande parte da população, onde se faz as grandes relações de produtos em seu valor de uso ou de troca, como meio de reprodução de suas forças e de sobrevivência de si no ambiente. Ao entender o homem não com o caráter individual, mas no coletivo do seu espaço. Passasse a compreender a sua relação, os seus processos de transformação, visto a cidade pela ótica do espaço e vai definir esse conceito como o *espaço urbano*. É claro, que Lefebvre (2001) também abordará sobre essa concepção:

O espaço de uma grande cidade capitalista constitui-se, em um primeiro momento de sua apreensão, no conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si. Tais usos definem áreas. Como o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residências distintas em termos de forma e conteúdo social, de lazer e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão. Este complexo conjunto de usos de terra é, em realidade, a organização espacial da cidade, ou simplesmente, o espaço urbano, que aparece assim como espaço fragmentado. Lefebvre, 2001

Vários conjuntos de fatores que compõem o espaço urbano, nele se encontra o valor da terra que é base do contexto evolucionar do homem em laços com outros a sua volta. Pois de acordo com historiadores, a primeira atividade do homem foi a agricultura.

A urbanização é a soma de três fatores: uso da terra, propriedade privada e relação da troca de mercadoria, que irá derivar da divisão do trabalho e etc. Porque ao notar a base das primeiras cidades, se percebem muitos dessas essências dentro delas, no primeiro momento se observa o uso da terra para a sobrevivência, depois do escambo ou proteção. O estímulo a criação de uma organização hierarquia que vai promover a divisão das funções do trabalho e social, e por fim, se notará a consolidação das propriedades.

Também será motivos de muitos discursões ‘saudável’, pois alguns como Rousseau (1755), Marx (1867) e Engels (1884) vão entender esse trecho como uma pequena incógnita referente ao pecado original que se dá a origem da propriedade privada e com consequência a divisão do trabalho. Há qual existe uma famosa frase de Rousseau (1755) que diz “*O primeiro que, ao cercar um terreno, teve a audácia de dizer, isto é, meu e encontrou gente bastante simples para acreditar nele foi o verdadeiro fundador da sociedade civil*”. E outro como John Locke (1689), que já ver essa questão com outros aspectos no sentido da garantia dos direitos naturais de sua existência:

Ainda que a terra e todas as criaturas inferiores pertençam em comum a todos os homens, cada um guarda a propriedade de sua própria pessoa; sobre está ninguém tem qualquer direito, exceto ela. Podemos dizer que o trabalho de seu corpo e a obra produzida por suas mãos são propriedade sua. Sempre que ele tira um objeto do estado em que a natureza o colocou e deixou, mistura nisso o seu trabalho e a isso acrescenta algo que lhe pertence, por isso o tornando sua propriedade. Ao remover este objeto do estado comum em que a natureza o colocou, através do seu trabalho adiciona-lhe algo que excluiu o direito comum dos outros homens. Sendo este trabalho uma propriedade inquestionável do trabalhador, nenhum homem, exceto ele, pode ter o direito ao que o trabalho lhe acrescentou, pelo menos quando o que resta é suficiente aos outros, em quantidade e em qualidade. Locke, P-42

Tendo em vista esse pequeno e curto enredo histórico com uma breve exposição de dois exemplos opostos acerca da relação da propriedade privada à terra. Será a base do entendimento de todo o processo e conceitos de urbanização que começará na Europa no século XV. Mas nesse momento é necessário conceitualizar os termos para entender o que é Urbanização e seus derivativos. Em resumo, o espaço urbano de Lobato (1989) é:

fragmentada, articulada, reflexo e condicionalmente social, a cidade é também o lugar onde as diversas classes sociais vivem e se reproduzem. Isso envolve o cotidiano e o futuro próximo, bem como as crenças,

valores e mitos criados no bojo da sociedade de classes e, em parte, projetados nas formas espaciais: monumentos, lugares sagrados, uma rua especial etc. O espaço urbano assume assim uma dimensão simbólica que, entretanto, é variável segundo os diferentes grupos sociais, etários, etc. Lobato, 1989

Entretanto, tudo que se abordou até neste presente momento, se faz referência a questão dos diferentes tipos de valores da terra. Embora o próprio autor afirma que cada ponto assume uma forma espacial, mas é na terra que ela se materializa e forma a sociedade a qual todos nós vivemos. E este movimento é útil para entender o próximo subitem deste capítulo que abordará a urbanização antes do período mercantilista no século XV.

2.1 Início da Urbanização no mundo até o fim da Idade Média

"Se quisermos identificar a cidade, devemos seguir a trilha para trás, partindo das mais completas estruturas e funções urbanas conhecidas, para os seus componentes originários, por mais remotos que se apresentem no tempo, no espaço e na cultura..." Mumford

Os primeiros princípios de convivência pacífica entre os seus semelhantes e do pouco que se entendia de mundo/espaço é no período da pré-história há cerca de mais ou menos de 3 a 4 milhões de anos atrás quando acontece a primeira grande mudança comportamental do processo de mera transição da atividade nômade para atividade sedentária. Ou seja, o homem sai do período paleolítico que foi marcado pela a atividade de caçadores e coletores de frutos para atividade agrícola, esse período ficou conhecido como a Revolução Neolítica ou Revolução Agrícola.

A autora Sposito (1988) afirma que se a semente fora lançada durante o paleolítico efetivamente no período neolítico é onde você tem dois princípio básico: a dominação de animais e o plantio da agricultura que será a base das primeiras aldeias e dela ser um puxado para o surgimento da cidade. E ainda sim, as aldeias ainda não possui característica de cidade, mas dela vai se somar uma série de fatores, como por exemplo, a questão de organização social, *"cidade é um aglomerado como humano que se formou historicamente num ponto do território, cuja razão de ser era o desenvolvimento da agricultura"*. Ou seja, como se percebesse de que as primeiras cidades derivam da agricultura, mas para essas aldeias se desenvolver foram necessários outros fatores como a presença do caráter social através da implementação da divisão do trabalho. Por tanto, diante da nova posição do homem no campo, ele passou a criar novas especializações para compor a esfera social da cidade.

O reforço do papel de atuação dessas cidades entre o período neolítico e mesopotâmia está na produção do excedente alimenta, que deu numa divisão social do trabalho para que se crie uma estrutura organizacional da cidade. Que é de total sentido, não dizer que todas as aldeias que surgiram na época se transformaram em cidades, mas foram bases de fomentação deste complexo.

Sendo que as primeiras cidades de fato, surgem no por volta do século IV milênio ou 3500 a.C., na região que atual se localiza os países Iraque, Kuwait, Síria, um pouco da Turquia e Irã, ou seja, Oriente Médio em si e sem esquecer também do Antigo Egito. Ao longo de rios, que possuem função de transporte, sobrevivência e defesa.

Essas cidades surgiram em regiões com predomínio de climas semi-áridos, daí a necessidade de se fixarem perto dos rios, repartir a água, repartir os escassos pastos, e proceder ao aproveitamento das planícies inundáveis, ricas de húmus e propícias ao desenvolvimento da agricultura. Sposito, 1988

Em outras palavras, diferentes do que se tenha ocorrido na formação do urbano em outras cidades antecessora a essas apresentadas. Elas terão como características a formação natural, de um grande processo técnico avançado como o surgimento da escrita e fora, as agregações sociais e políticas adquiridas das outras cidades.

No Império Romano, que será entre os anos 27 a.C. e 476 d.C. Ele apresenta muito destaque na história, via sua expansão territorial ao norte pelas terras que compreende a Europa Ocidental, ao leste que hoje é a Europa Oriental, ao sul pela região da mesopotâmia e o norte do continente Africano, e pela forma organização urbana e política unificado. Mas porque adentra neste período para explicar a urbanização? Porque é nesse tempo que todos os ingredientes estão pleno choque de convívio e de remodelação de qualquer conhecimento até nesse momento sobre o que é o urbano na cidade.

Ao que se demonstrou ao longo de sua existência uma força de ampliação do poder unificado e controlado em todo seu território e aperfeiçoamento de sua economia via também um aperfeiçoamento da administração. Dessa forma, os romanos aceleraram os processos de urbanização de grandes áreas levando toda uma estrutura de ida e de volta de suas necessidades básicas. Ampliando as subdivisões de mercados de produção, divisão de trabalho pelos ofícios e das relações entre o campo e a cidade. Além de todo esse contexto havia uma preocupação da cidade central com questões como água, rede de esgoto, suprimentos aos seus exércitos e habitantes.

Já no fim do século V d.C. ocorre a queda do império romano e com ele o processo de urbanização. Causando uma desestruturação de toda a cadeia de lei, relação entre as cidades e a política. Levando ao caos algumas regiões da Roma Ocidental e outras um fortalecimento, que é caso da Roma Oriental e expansão os árabes no mediterrâneo.

E assim, com esse conjunto bem proposto finda-se o fim do período Antigo e se encaminhando para o novo parágrafo da construção da história da cidade no período da Idade Média, que foi um breve retrocesso secular da história de desenvolvimento urbano, em especial na Europa.

No período Medieval, que apresenta o sistema do feudalismo econômico entres os séculos V à XIV. Onde teve a terra como a principal fonte de renda e poder, entre as classes dos senhores feudais que detinham a posse e a regularização da terra, e a classe dos vassalos que eram trabalhadores do campo. A sua política possuía uma estrutura descentralizada em termos de unidade de comando, pois cada senhor feudal controlava e organizava a distribuição de poder na região sobre o seu domínio. Para complementar tinha a grande fluência da Igreja via a defesa da ideia de tudo era uma dádiva de divina no trabalho, na condição social, que só séculos mais tarde ia ser confrontado com o surgimento de pensadores iluministas.

Já a economia era bem primária promovido pela relação de troca de escambo, ou seja, de troca de um bem por outro. Mas em compensação eram autossuficientes por derivar de uma ruralização de suas atividades. A sociedade era composta por uma ordem de clero, depois vinha a nobreza e por fim, o campesinato, de uma estrutura simples se comparamos com o período antecessor seu 'o romano'.

Voltando ao sistema feudal, caracterizou muito pelo fechamento do comércio do mediterrâneo pelos árabes, que estrangulou e reforçou as atividades latifundiárias promovendo a servidão da classe camponesa em detrimento aos senhores feudais. Essa economia artesã se volta basicamente para o campo fortalecendo o modo de produção de subsistência para atender somente a necessidade do meio.

Para o autor Pirenne, no seu livro História Econômica e Social da Idade Média existiam dois tipos de cidades no período que são

as "cidades" episcopais e os burgos. As primeiras reduziam-se a centros de administração eclesiástica, com papel econômico praticamente nulo, pois o pequeno mercado de abrangência apenas local, não poderia ser considerado como manifestação de um comércio efetivo. Tais cidades subsistiam às custas dos tributos recolhidos nos latifúndios pertencentes

ao bispo e abades ali residentes. Os burgos, pontos fortificados, cercados por muralhas e rodeados por fossos, eram construídos sob as ordens dos senhores ou príncipes feudais, com o objetivo de servir de refúgio a eles e seus servos, e armazenamento de animais e alimentos, em caso de perigo. Abriavam também, geralmente, uma igreja. Pirenne, 1982

No fim do século XIV, ocorreu uma grande mudança no interior do seio da sociedade feudalista através do renascimento e expansão da atividade comercial, devido ao movimento das grandes cruzadas promovidos pela Igreja Católica e alguns reis em busca da conquista da Terra Santa (no caso a cidade de Jerusalém). Promovendo um intercâmbio nas relações de trocas de mercadorias entre a região com o comércio do mediterrâneo, só que agora pelo poder da moeda. Essa relação se deu com a criação das feiras que depois se encaminhará para os burgos, nesses lugares toda a forma e capital se acumulará para o surgimento de uma nova classe com a denominação de burguês ou burguesia (derivado do local onde se encontravam, nos burgos).

O século XV é marcado por um período de forte transição do qual houve uma mudança da população camponesa na Europa, onde mais ou menos 4/5 dos habitantes eram compostos por produtores rurais e de pertenciam há uma sociedade rígida, quando não há muita movimentação de classe social de uma para outra.

Esse período entre os séculos XIV à XVIII, o capitalismo comercial ou mercantilismo aparece e nele surgem as primeiras cidades-estados que são o início das transferências do poder político e econômico do campo para as cidades. Também será marcado pelo forte crescimento marítimo ao rumo das Índias e descobrimento de novas terras, que vai servir como dois pontos importantes para o futuro do mercantilismo: o primeiro, como fuga dos entraves comerciais promovido pelos árabes no controle das rotas pelo mediterrâneo e em segundo ponto, desoprimir seus bens manufaturados para as colônias em troca das especiarias (matérias primas e metais preciosos) para os centros. E já no decorrer do processo, a população do campo é expulsa pelo arrendamentos de terra, com isso são obrigados a irem para cidade em busca de trabalho de trabalho e moradia.

Nesse caminho uma nova etapa do processo capitalista se instalar na Europa através da revolução Industrial do século XVIII à XIX. A partir desse ponto da história, há um fortalecimento da urbanização na conexão com a industrialização, que marcará bem o entendimento sobre o assunto.

2.2 Revolução Industrial e a Urbanização da Europa

Com o fim da Idade Média, e propriamente dito com o fim do sistema feudal. Uma nova estrutura política, social e econômica passa a se delinear, aos moldes do modo da produção feudal para a produção mercantil ou comercial. Tendo em vista, o consumo crescente desta atividade em outras áreas, após a reabertura dos portos.

Para que essa atividade comercial pudesse sobreviver dentro de uma época de total reclusão como sociedade como o todo, foi necessário criar uma estruturação política de proteção. Muitos destes mercadores buscavam abrigos nos burgos que eram fortalezas bem muradas, geralmente se localizavam em rotas estratégicas de maioria a caminho do mercado oriental ou eram localizados a beira de grandes rios como se era adotado pelos povos mesopotâmios na utilização para facilitar o escoamento de seus produtos.

A partir desses movimentos dos mercadores aos burgos promovendo a criação de novos centros urbanos em áreas pouco ou nada povoadas. É essa expansão que marcará a retomada do processo de urbanização. Agora em detrimento das atividades econômicas do comércio e artesanato, e da política de proteção aos seus cidadãos.

processo de retomada da urbanização, de renascimento das cidades, foi possível pela reativação do comércio, enquanto atividade econômica urbana. Ao se desenvolver, esse comércio foi criando as condições para a estruturação do modo de produção capitalista e, simultaneamente, a destruição dos pilares da economia feudal (o latifúndio sua economia "fechada" e a servidão). Sposito, 1988

Um outro fator importante a se destacar é o papel da classe burguesa com fim da servidão feudal, garantindo para eles um excedente de mão de obra disponível para trabalhar nas pequenas indústrias manufatureiras. Essa última quebra do pilar de um sistema organizacional do feudalismo sobre a implementação das classes, do papel dos comerciantes na acumulação da riqueza que será de importância para revolução industrial e da mudança de visão sobre o valor-de-uso da terra para o valor-de-troca em forma de arrendamento promovendo a expulsão de uma grande parte da população rural para esse centro.

Ao entender todo o processo de urbanização ao decorrer dos primeiros passos no tempo Pré-Histórico, passando pela caminhada através do período da Antiguidade e depois pelo descanso no período Médio. Agora, depois no período Contemporâneo, pois é aqui que a cidade passa a ter uma importância não somente comercial, mas como lugar onde o próprio sistema capitalista mercantil-industrial se instala permitindo criação de mecanismo de garantia de sua existência.

Como a criação de leis para promover o fim do monopólio sobre a produção de alimentos de subsistência para o comércio. Permitindo em a priori uma expansão do território de atuação e mudança da visão da terra em mercadoria, que gerou como sua consequência um profundo êxodo do homem do campo para viver na cidade como condição “livre”; Através dessa união de poder entre os burgueses e o rei, fez que houvesse um fortalecimento deste poder real. E que formou novas cortes, novas subclasses e outros aparatos que vieram aumentar a demanda interna de consumo nestas cidades de produtos de bens de luxos, que estimulou atividade comercial; E que o aumento desta nova demanda, junto com o aumento populacional e o fim do monopólio, são causas que geraram o efeito do aumento da atividade manufatureira em substituição das artesanais que desencadeará um processo de divisão do trabalho ou especialização deste trabalhador em uma determinada função dentro do sistema produtivo. O estímulo da moeda como fator de troca, estimula mais ainda a acumulação da riqueza do comércio em redes bancárias e que vão patrocinar uma maior expansão da atividade marítima como fuga do controle árabe ao comércio asiático e busca de matérias-primas para atender a fome fabril.

Este processo de reforço à economia mercantil permitiu a extensão da urbanização ao mundo colonial, a partir do século XV. Ainda que as primeiras cidades coloniais não tenham sido mais do que portos construídos para escoar as riquezas coloniais em exploração, ou fortes para proteger os colonizadores, a extensão do fato urbano a novas áreas foi importante, porque se constituiu no embrião de um processo de ampliação espacial da urbanização e no suporte de articulação destas novas áreas ao capitalismo mercantil europeu. À medida que o próprio capitalismo se desenvolvia, esta urbanização no mundo colonial como veremos adiante, foi se ampliando e tomando um caráter de multiplicidade funcional. Sposito, 1988

Então desta sucinta maneira de dizer, se nota a retomada do processo de urbanização na Europa via a necessidade da atividade comercial que foi o propulsor e que acabou remodelando os laços construtivos de seus agentes na esfera urbana entre o homem, meios de reprodução, burguês e o Estado. Como o autor Lobato (1989) afirma que “ação destes agentes é complexa, derivando da dinâmica da acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classe que dela emergem”.

Recapitulando é através dessa união, muitos autores ao fazer referência ao processo urbano remontam ao processo de industrialização, que nada é do que a organização da atividade manufatureira e dos seus progressos tecnológicos de produção à expansão

"Nesses centros, prospera o artesanato, produção bem distinta da agricultura. As cidades apóiam as comunidades camponesas e a libertação dos camponeses, não sem se aproveitarem disso em seu próprio benefício.

Em suma, são centros de vida social e política onde se acumulam não apenas as riquezas como também os conhecimentos, as técnicas e as obras (obras de arte, monumentos). A própria cidade é uma obra, e esta característica contrasta com a orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos produtos. Com efeito, a obra é valor de uso e o produto é o valor de troca".
Lefebvre. 2001

A industrialização não promoveu somente um aumento populacional na cidade, mas um melhor desempenho do emprego do papel da infraestrutura através dos avanços dos progressos tecnológicos e uma redistribuição espacial do território acerca da sociedade dentro dela. Mesmo causando um intenso conflito social-urbano.

Com o modo de produção capitalista assim se desenvolvendo, a rede urbana foi se constituindo hierarquicamente, tendendo à formação de grandes aglomerados urbanos — as metrópoles — espaços de concentração de capital, de meios de produção, e locus da gestão do próprio modo de produção. Estas aglomerações subordinavam outras de porte médio, que por sua vez exerciam o papel de elo de ligação com os pequenos centros. Veremos adiante que atualmente, esta tendência à hierarquização da rede tem se manifestado de forma mais evidente, dada a fase do capitalismo — monopolista — que predominou, a nível mundial, depois da Segunda Guerra Mundial. Sposito, 1988

Mas também outros fatores aconteceram durante esta explosão dos números de cidades nações industriais que foi a exploração desigual das relações de trocas das colônias com os centros e do surgimento das periferias. Sobre a densidade em alta do aumento da população, a cidade não conseguiu absorver toda essa mão de obra “livre” como também não havia espaço suficiente para abrigá-los. Então, o Estado passa a atuar como um organizador dessa condição para manter a estrutura. E adota uma série de conjuntos de regras como a política de controle de saneamento básico afim de não causar muitos conflitos sociais ou crises sanitárias. Então se nota uma nova postura do papel deste Estado dentro da Cidade.

Esse problema do uso das colônias somente para atender à necessidade fabril, infelizmente nas maiorias das colônias ficou meramente nisso. O Brasil é um bom exemplo dessa dependência e que será desmiuçada melhor no próximo capítulo, pois diferente dos países europeus o processo de urbanização nas colônias foi diferente. Isso, explica muito pelo processo lento de implementação da industrialização como também pelas políticas adotadas no período.

Pois os próximos capítulos vão fazer referência ao processo de urbanização no Brasil a partir do colapso da cafeicultura até o fim dos anos 80 e o outro último capítulo fará referente ao mecanismo adotado pelo Estado brasileiro na promoção desta urbanização rumo ao Oeste do país que vai derivar no surgimento da cidade Parauapebas, no Estado do Pará.

3. A INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL

As cidades têm uma estrutura e mantêm relações com outras cidades e com populações em torno das mesmas, formando um sistema; em primeiro lugar um sistema, ela mesma, em seu interior, pois umas partes da cidade interagem com outras de numerosas maneiras; em segundo lugar as cidades entre si e a economia espacial que elas organizam, articulam e dinamizam. Portanto Urbanização e Regionalização são temas e conceitos associados, ao mesmo tempo que os dois são proximamente relacionados ao processo de desenvolvimento econômico. Faissol, 1975

Como vimos no capítulo anterior, o processo de urbanização teve um longo e lento avanço nas suas transformações da ocupação espacial. Onde as primeiras cidades tiveram o papel central numa estrutura de proteção para a garantia de sua sobrevivência e de dominação político/social aos demais vilas ao redor, isso foi milênios de anos atrás de processo até chegar à Antiguidade mais precisamente no período romano. Através de conhecimento adquirido pelas culturas gregas e otomanas passou a gerir a cidade sobre um papel forte de unificação do Estado, certificando-se na viabilização da construção de estradas para toda a expansão territorial. E que é marcado pela divisão social e econômica de outras cidades para atender a sua.

Depois do declínio do período romano, se instala a Idade Média ou Medieval que tem como a principal característica neste estudo o retrocesso de todas as funções do urbano romano, fazendo que as cidades medievais encolhessem ou sumissem em suas grandes maiorias. E a população que fazia parte dela se caminhasse rumo ao campo, se estabelecendo dentro de um novo modelo de sociedade pequena agrária, de baixa atividade econômica graças ao monopólio de produção e pelo incentivo da Igreja.

Se observar todos os momentos que antecederam a sua queda e ascensão da classe burguesa vivificando uma nova estrutura monetária que será força motriz da mudança do espaço dos burgos em cidades nações absolutistas, que acarretará no êxodo de uma grande parte destes trabalhadores camponeses para vender sua força de trabalho nas pequenas manufatureiras fabris nas cidades. Junto há tudo isso, somasse a acumulação primitiva, que desencadeou no surgimento do capitalismo comercial e que mais tarde se transformou no capitalismo industrial na Inglaterra por volta do século XVIII. E aqui temos a nova forma da cidade que é o modelo urbano industrial, baseado na economia expansiva e não mais no excedente de produção antiga.

Diferente do que ocorreu com o resto da Europa e da própria ex-colônia da Inglesa Britânica que atualmente é o país Estados Unidos da América (E.U.A). O Brasil é uma ex-colônia de Portugal e ficou preso a uma relação de troca bem desigual de comércio entre os centros desenvolvidos durante quase 300 anos. Esta troca desigual não permitiu que aqui

houvesse uma formação da acumulação primitiva que ocasionasse uma reprodução deste capital, como é de se saber são ingredientes básicos para uma mudança de estrutura.

Fora esse ponto acima, há outros elementos presentes no Brasil que não incendiou o processo de expansão urbano e nos remeteu ao desenvolvimento lento que de certa forma bem natural forçado. Estes elementos são: a baixa circulação de moeda nas pequenas cidades, e por aí se nota uma presença da atividade de escambo nas áreas agrícolas; durante esse período, há muita pouca manufatura e explicar o modelo atrasado de desenvolvimento baseado puramente na agroexportadora; o Estado possuía um grave descontrole em suas contas públicas e que influenciou muito na instabilidade do seu crescimento. Deve-se atentar que as cidades possuíam muita pouca ligação entre si e que se refletia também nas ligações entre as regiões brasileira (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul com exceções). Estes problemas regionais serão só discutidos em busca de uma solução na década de 1950.

Mas é importante salientar que a trajetória do Brasil rural para o urbano, só se passou a ocorrer após o boom da bolsa de valores no ano de 1929, acabando com o único bem “rentável” ao comparamos aos outros bens exportados, mas pelo uma política de cafeeira com interesse do governo no apoio dos barões em si levou a dependência do fim da República Velha até o ano da crise. E depois, nasce uma nova fase para o país.

Então, a partir deste ponto, iremos analisar quatro décadas do século XX, demonstrando os avanços e retrocessos da nossa urbanização que se faz ao caráter populacional, migratório e industrial, e de como o Estado Brasileiro passa a desempenhar o processo de desenvolvimento em substituição da forma de acumulação primitiva comercial por si mesma em prol do horizonte da “nação”.

3.1 Anos 30: declínio do café e surgimento da indústria brasileira

Ao falamos sobre a urbanização e industrialização brasileira no decorrer do século XX é de um consenso geral entre autores como Cano (1988, 2015), Fritsch (1995), Suzigan; Gremaud, Vasconcellos e Toneto (2014) e entre outros. Essa união do desenvolvimento se expandi durante a força da cultura do café como o principal produto exportador da nossa atividade de agroexportação. Uma gama soma de fatores vão proporcionar à impulsão do exercício industrial voltando nos primeiros momentos em atender as necessidades básicas da cafeicultura, principalmente nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

No final do século XIX com início do século XX, precisamente entre os anos de 1885 a 1930, a industrialização vem com o caráter secundário em detrimento da “reorganização do espaço” da economia brasileira que após vários períodos cíclicos da economia colonial. Por exemplificação, o ciclo do açúcar na região do Nordeste; da extração dos minerais como ouro na região Sudeste, principalmente em Minas Gerais; do extrativismo vegetal como as drogas do sertão e o principal produto a borracha na região Norte; e das pequenas manufaturas na região Sul, voltado a produção de couro.

A primeira mudança que se dá na estrutura organizacional da sociedade é o fim da economia baseada na escravatura, começando por volta de 1850 com a proibição da importação de escravos e depois no de 1871, com implantação da lei do Ventre Livre que mais tarde culminaria na lei Aurea em 1888 dando por encerrado toda a escravidão no Brasil Imperial.

A abolição da escravidão coincidiu com o período da importância do mercado de café no mundo, a qual o Brasil se tornou por muito tempo o maior produtor e exportador deste produto. Mas para se concretizar se faz necessário um patrocínio maciço do Estado no estímulo ao processo migratório europeu para trabalharem nas lavouras, e estes imigrantes eram trabalhadores assalariados que geram como consequência um aumento explorativo do consumo na demanda interna (conforme a figura 1). Embora é de conhecimento que esse aumento por parte correspondente dos imigrantes em nosso país impulsionou a economia local, contudo, o estímulo ao pequeno industrial se esbarra nas políticas protecionista do Governo em apoio aos cafeicultores por medo de represarias aos auferidos lucros.

Nesta época a população tem a forma e característica fechado devido de constituir a maior parte dela vivido na zona rural, onde ainda não possuem o hábito ao consumo de bens não-duráveis de cunho nacional. Deve-se muito pelo fato de serem muito caro e de difícil acesso a eles, por causa do altos custos do transportes deste produtos da cidades ao interior rural (esse ponto é bem interessante por se entender a lógica do estado em sonhar com uma indústria automobilística própria, principalmente no que se refere a caminhões). Por isso, a indústria tem o papel local nesta primeira fase e totalmente voltado nas pequenas necessidades da economia cafeeira.

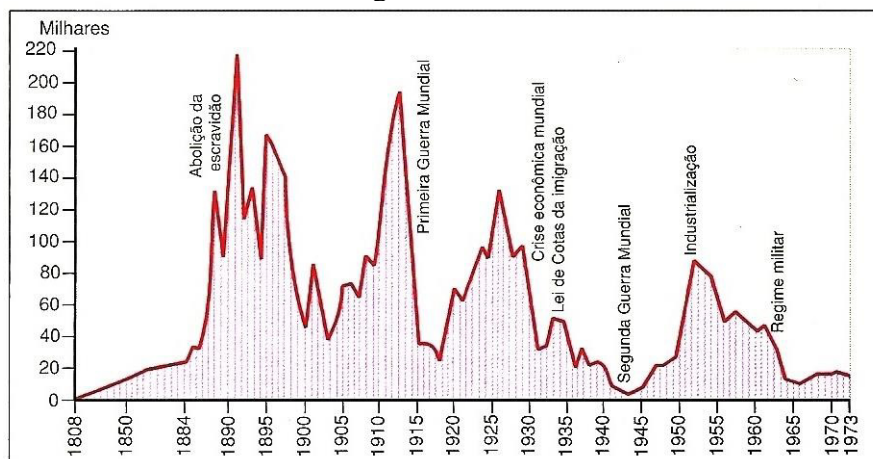
A industrialização num país retardatário, como o Brasil, é sempre substitutiva. Ou ela avança mediante a implantação de ramos antes inexistentes, nos quais se fabricam novos produtos, até então importados de países mais desenvolvidos, ou ela reorganiza ramos manufatureiros pré-existent, inseridos na Produção Simples de Mercadorias, mediante a introdução de mudanças de processo, que permitem alcançar produtividade mais elevada por meio do uso da máquina”. Holanda, 1960

Após várias crises e da primeira guerra mundial (1914-1918), mas entre todas a crise de 1929 a 1933 será o fator decisivo de ruptura do modo antigo de uma economia agroexportadora para fora por uma política de valorização ao estímulo voltado ao mercado interno via industrialização extensiva à construção de uma indústria de base. Existem duas correntes de pensamentos que explica o avanço do progresso industrial no Brasil da Nova-República (1930-1945), e são: a *teoria dos choques adversos* e da *industrialização induzida pelas exportações*.

A teoria dos choques adversos são fatores como guerra, crises internacionais e propriamente crise do setor de exportação que afetaram a economia externa, elevando os preços ou simplesmente dificultando as importações destes produtos. Com isso, passou haver um aumento pela procura interna destas mercadorias internacional e não o encontrando, impulsionou a industrialização substitutiva das importações, mas também muito por conta da elevação da renda pela expansão primoroso da agricultura do café antes da sua crise.

Outra explicação é sobre a industrialização induzida pelas exportações que traz ao alento exerçam da ideia que a indústria acompanhou todas as etapas de crescimento da economia cafeeira, onde de um lado o café propulsionou um aumento do nível de renda e consigo o mercado interno e do outro lado, o bom desempenho da exportação estimulou o consumo por maquinários importados para o deslocamento da atividade industrial.

Gráfico 1 – Números de Imigrantes entrados no Brasil



Fonte: ADAS, Melhem. Panorama Geográfico Brasileiro. São Paulo, 2004. P.282

*Extraído do site GEOBAU. Caracteres Sobre Geografia e afins.

Uma outra contribuição desta quebra da economia agrícola para às indústrias foram as construções das malhas ferroviárias do campo à cidade, ampliação dos portos de escoamentos,

liberação de uma grande mão de obra livre e sem falar da própria acumulação de capital adquirido durante todo o seu processo até a década de 30.

Para que tudo ocorresse bem, o Estado teve que assumir nas pressas um papel de interventor econômico para responder rápido a crise de 1929. Adotando uma política estatal de defesa da renda e do emprego pela construção de uma política de industrialização, conforme é plenamente descrito por Wilson (2015), pois o governo olhava a solução de seu problema de dependência econômica pelo olhar de uma indústria nacional.

Esse novo processo voltado a indústria de manufatura e não mais artesanal, exigia uma integralização de todas as regiões brasileira que compõem o mercado nacional, em vista disso, se inicia a política pública de construção da malha rodoviária e não ferroviária (como foi no período de expansão de áurea do café) para diminuir as distancias naturais entre elas e além de estimular a produção de caminhões no País como forma de agregar todos os fatores de produção desde da matéria-prima do pneu até a montagem dele.

Todo o processo gerou efeitos no avanço da industrialização e principalmente na urbanização com ressalva que nestas décadas subseqüentes ocorre uma centralização das atividades gerais nos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro. E que o Estado passa a ver com outros olhos aos seus bens primários para atender a sua indústria estatal nascente, mas sem esquecer do mercado externo. Também a política de inserção da carga tributária sobre os seus produtos pelos outros estados e um controle cambial acessível ao comercio mais fácil de se lidar no seu curto espaço.

Na prática isto significava abrir as regiões semi-isoladas, que viviam em economia subsistências, e integrá-las na divisão inter-regional do trabalho, o que significava, ao mesmo tempo, ampliar o mercado para capital industrial e, portanto, a base para a sua acumulação. Até 1930, este tipo de processo também ocorreu, mas apenas subsidiariamente à expansão do SME. A infra-estrutura de transportes e comunicações, que então se construiu, se serviu para alargar certos mercados regionais, fê-lo apenas de modo acidental, já que seus objetivos eram outros: abrir o interior ao comércio internacional. Mas, a partir dos anos 30, a chamada 'marcha para o Oeste' visava antes de mais nada integrar economicamente o território do país, o que significava, na prática, criar um mercado nacional. Holanda, 1960.

Assim, com um intenso papel do estado na economia substituindo a força capitalista nacional e internacional que não se interessava em investir aqui. Desta forma, o Governo passa a forma estrutura via criação de grandes empresas estatais estratégicos em cada segmento industrial. Por exemplo, a Companhia Vale do Rio Doce, Companhia Siderúrgica Nacional,

Companhia Hidroelétrica do São Francisco e entre outras, para suprir os primeiros passos dessas indústrias.

Após esta fase da década dos 30 a quase 50, o governo vai perceber a necessidade de construir e fortalecer a urbanização no país através de adoção dos planos nacionais de desenvolvimentos como força para a continuidade do desenvolvimento local via substituição das importações.

3.2 Anos 50: o petróleo é nosso

Os anos de 1930 a 1955, foram marcados pela ERA Vargas (1930-1945), José Linhares (1945-1946) e depois a República Nova pelos presidentes, Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), Getúlio Vargas (1951-1954), Café Filho (1954-1955). A política de industrialização brasileira começou pelo primeiro governo Vargas que subdividiu em eixos de atuação trazendo no primeiro momento uma nova característica a indústria sendo ela do tipo fechada, pois foi necessário ela se volta para dentro do mercado interno e o governo criou medidas para proteger esse setor contra fatores externos. Também uso da política de estrangulamento externo via desvalorização real do câmbio e elevação das taxas aduaneiras, que mais tarde essas atitudes vão voltar a ser questionados na década de 60.

Após o fim do governo Vargas II devido ao acarretamento do seu suicídio, o conseguinte o presidente Café Filho não durou muito tempo. Entra o governo de Juscelino Kubistchek (1956-1961), que consolidou o programa de industrialização brasileira através da criação dos planos de metas com o seu slogan “50 anos em 5”, onde seus principais pontos de destaque são: investimento na infraestrutura, estimular a produção de bens faturados e bens duráveis.

O plano de metas visava acelerar o programa de integração de todo o território nacional com a intensificação da malha rodoviária através de construções de BR's que ligavam todas as regiões ao centro e outras ao novo centro de poder nacional, localizado na cidade de Brasília fundada em abril de 1960. A estrada foi o elo encontrado pelo o governo para promover a interligação e a fomentação de todo o processo de urbanização em todas as regiões baseado nas ideias da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe- CEPAL (1948) junto com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Antes de mais nada, a CEPAL foi um organismo criado para debater soluções para países latino-americanos saírem da dependência das relações econômicas com os grandes centros.

A fase fica conhecido pela expansão e início da consolidação do capital monopolista Estatal e Multinacional. O porquê disto? Pois ao decorrer desta etapa o Estado expandiu muito a sua atuação e precisou depende-se muito do capital estrangeiro via concessão de empréstimos das multinacionais, entre elas as do norte-americano – garantindo assim uma maior dinâmica do setor produtivo brasileiro atendendo as expectativas e suprimindo o sucesso temporário do plano de metas de Juscelino. A implementação da indústria pesada e do aumento da malha asfáltica transformou a estrutura socioeconômico da relação campo e cidade, como da própria indústria.

Neste período, o governo aumenta o incentivo a criação de novas indústrias e nesse momento por volta dos anos 60 nasce a indústria automobilística, que era visava toda uma cadeia complexa de produção (movimentando a atividade extrativista vegetal da borracha na segunda etapa do ciclo na Amazônia até a linha de compra de maquinários a montagens desses veículos em geral). E que até o presente momento no século XXI, temos a atividade caminhoneiro como peça [central de transporte no país].

o último quinquênio (1956-1960) do período e sua exitosa consolidação, com a implementação da indústria pesada e extraordinária expansão rodoviária. Com os novos segmentos, a estrutura industrial se altera significativamente: os bens de consumo não durável, que em 1919 perfaziam 76% da produção industrial passavam, em 1959, a 53%; os bens intermediários, de 22% para 34% e os de bens de capital e de comércio durável, de menos 2% para 13%. [...] esse enorme esforço de urbanização teve o concurso do capital nacional, que, em última instância construiu o Brasil residencial e comercial, e do Estado, que realizou grandioso esforço na construção da infra-estrutura, notadamente de um novo sistema de transportes (rodoviário) de cunho eminentemente nacional e integrador. Cano, 1989

Mesmo com a entrada cada vez maior do capital estrangeiro pelas multinacionais, uma maior participação do Estado na economia garantindo infraestrutura e material à estas produções. O capital privado nacional ainda não decolava no Brasil e levou o Governo a continuar se endividando cada vez mais, comprometendo a balança de pagamentos (comercial e de serviços) por falta de diversificação do seu portfólio de produtos exportados; aumentos nos gastos públicos para manter o grau de intervenção na economia pelas empresas públicas e pela política de infraestrutura; e elevação dos custos de vida, acarretando na pressão preço-salário pela inflação alta.

A história nesse período é marcada pelas crises regionais, principalmente no Nordeste (NE). Por causa da centralização das principais indústrias na região do Sudeste (SE) em São Paulo e Rio de Janeiro, que demandará do governo neste período dos anos 50 à

institucionalização de uma agência governamental para planejar, gerenciar e incentivar a indústria que foi a criação da Superintendência de Desenvolvimento no Nordeste (SUDENE), que apesar disto não evita o aumento do fluxo migratório do povo nordestino em busca de condição melhor ou fugindo da grave seca que abateu sobre a região demandando uma parte dessa população para suprir com a falta de mão de obra na região Norte (NO) para trabalhar com II ciclo da Borracha e logo depois na Zona Franca de Manaus criado pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) como impulso para o desenvolvimento da região. E a outra parte do povo nordestino, se instalará na região Sudeste provocando uma crise urbana com o surgimento e aumento das zonas periféricas (que hoje conheceremos como comunidades), obrigando os governos estaduais junto à União a criar programas de políticas públicas de habitação através dos bancos públicos (Caixa Econômica Federal, por exemplo) como saída dessa desorganização da ineficiência do próprio Estado. Mas hoje em pleno século XXI, vimos que muito desse plano não apresentou um saldo positivo e pelo contrário, um abandono de qualquer estrutura urbana.

Enquanto, as cidades tentavam acomodar a grande estrutura de crescimento urbano-industrial. O campo vinha de um processo amíngua de desenvolvimento e só passa a ganhar de volta um destaque por parte agora dos capitalistas monopolistas pela forte demanda por alimentos e matérias para a própria agricultura. Assim sendo, houve um grande incentivo fiscal, monetário as novas funções da atividade agrícola, de produção dando garantia a pecuária de se instalar na região do centro-oeste a princípio em beira de estrada. Para esta região o Governo criou a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO).

Uma questão a ser apresentado foi o deslocamento da indústria nordestina para o sudeste e também da produção de cana-de-açúcar que foi durante séculos sendo a principal fonte econômica de renda. E assim, este período é marcado pela pré-consolidação deste espaço industrial brasileiro e também por crises internas (regionais, políticas, econômicas e social).

3.3 Anos 70: milagre econômico brasileiro

Do fim dos anos de 60 até o início dos anos 80, o Brasil finalmente consolidou todas as transformações estruturantes de sua economia. Após adotar uma série de medidas para acabar com as crises que tomou conta das últimas décadas: elas em todas as esferas.

Na esfera econômica pelo agravamento da inflação e financeira do Estado por conta das grandes isenções fiscais de estímulo que levou com consequência uma desaceleração da

atividade industrial. Na esfera política ocorreu a quebra do modelo Republicano Novo para o Regime Militar, após uma controvérsia questão política de uma guerra fria no mundo com seus amplos reflexos ideológicos. Mas aqui no Brasil por volta de 1964, ocorre essa mudança da política. Na esfera social, há um aumento da crise urbana por causa da grande concentração das principais industriais principalmente na região sudeste e pela corrosão dos salários reais dos trabalhadores em comparação a disparada do custo de vida.

O Governo Militar promoveu várias reformas (tributária, administrativa, econômica etc.) dentro de sua própria estrutura, a fim de estabilizar em primeiro momento a sua balança de pagamento, e depois, aplicou correção monetária através de seus bancos públicos e principalmente políticas cambiais para estabilizar o nível de preços no país. Consegue a priori, nos anos de 1968 a 1973, ou seja, durante os 6 anos foram marcados por um forte crescimento econômico que é conhecido como o milagre econômico. Mas esta proeza, só foi capaz de produzir este efeito positivo diante das medidas adotados que absorvem a capacidade ociosa da indústria provocado pela última crise e que volta logo em seguida a estimula a demanda interna na cidade. E no campo, passa a se implantar uma política de valorização a modernização agrícola, com a inauguração do Sistema Nacional de Crédito Rural em 1965 e também com a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) com a função de ajudar e desenvolver o progresso da produção de alimentos.

Até o momento aqui supracitado, o Brasil já se apresenta em pleno processo gradual de transformação de seu espaço territorial, apesar com pontos fortes de concentração urbana. A produção de subsistência e artesanal não representa mais força diante da atividade industrial. A divisão internacional do trabalho que antes tinha o caráter de fornecedor de produtos de bens primários aos centros desenvolvidos, e a partir de 1960 mudou em decorrência das presenças das multinacionais, que vão dando lugar as vantagens comparativos de produção conforme a Teoria de Ricardo, mas que nesse contexto é o valor da força da mão-de-obra do trabalhador e o tipo de especialização é que define a produção deste produto.

Em outubro de 1973 durante a Organização de Produtores e Exportadores de Petróleo (OPEP), onde nesta decisão da reunião ficou decidido aumento dos preços do petróleo e fazendo um breve resgate histórico novamente, vale lembra que durante as etapas da revolução industrial o progresso tecnológico se fez presente na mudança de vida da sociedade em geral. Teve a princípio energético o carvão com ingrediente fundamental para alimenta as caldeiras das máquinas a vapor e que depois foi substituído pelos derivados do petróleo até hoje existe essa

dependência a qual transformou em commodities de poucas participações de decisão de seu preço.

Então a elevação os preços do petróleo pela OPEP em 1973, criar uma onda de choques mundial afetando a economia de todos os países. Aqui no Brasil em especial, afinal é o nosso objeto de estudo. O Brasil vinha de 6 anos de milagre econômico ao se deparar com a crise do petróleo, já passa a querer desconcentra a industrialização no país como saída econômica. Tendo em vista, que a produção automobilística e a produção em geral já está bem consolidada no país, então por volta de 1974 é criado pelo Governo do general Ernesto Geisel o II programa nacional de desenvolvimento (PND), que tinha o intuito de combater a priori os choques externos causados pelo petróleo e reduzir a vulnerabilidade do país, desde de 1930 com a implementação da política de substituição das importações.

A II PND tem o projeto audacioso para promover a descentralizar da indústria na região sudeste para todos os cantos do país, mas ao olhar bem o projeto da PND se nota uma racionalidade conforme os autores Fonseca e Monteiro, eles no seu artigo “O Estado e suas razões: II PND” vem com uma dupla racionalidade: a política e econômica.

Ao qual se analisa que o projeto vem com muito com o caráter mais político que propriamente econômico, pois há uma intensificação do fortalecimento políticas locais como favorecimento em troca de apoio pelo porte de investimento dos fundos que são SUDENE (1956) para a região nordeste, SUDAM (1966) para a região norte e SUDECO (1969) para a região do centro-oeste e SUDESUL (1969). Então esses fundos governamentais ao longo da década de 70, vão fomentar a expansão industrial ao interior do Brasil, levando grandes projetos para áreas mais próximas das fontes de matérias primas, necessárias à sua indústrias básicas.

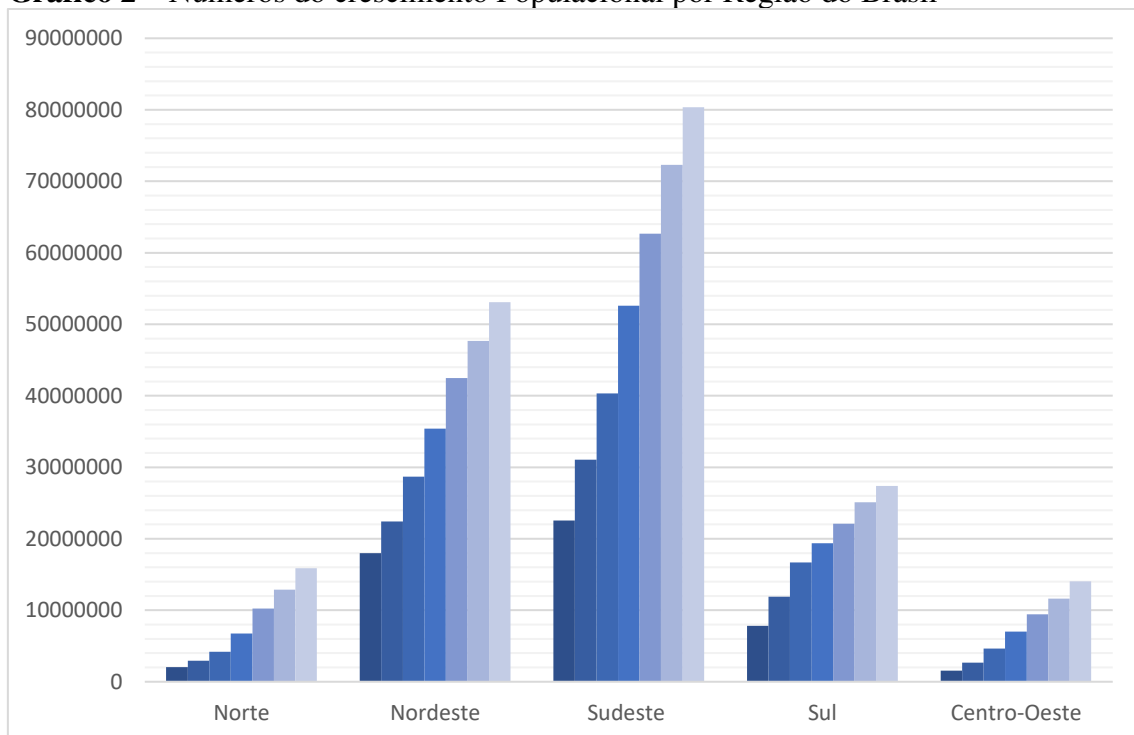
Assim há nascimento de grandes projetos nacionais de desenvolvimento como a construção de Porto do Itaqui na Ponta da Madeira (1966-1972), Usina Hidrelétrica de Tucuruí (1981-2010), Estrada de Ferro Carajás (1982-1985), Projeto Grande Carajás- PGC (1980).

O II PND vai ajudar na ampliação das empresas estatais na economia, mas para se fazer todo isso foi necessário pedir grandes volumes de empréstimo a capitais estrangeiros, ou seja, o Estado da década de 70 para promover o crescimento da sua economia foi através do endividamento, diferente do que ocorreu no último biênio da década. E esse grau de endividamento se agravou após o ano de 1979, com o segundo choque de petróleo causando uma elevação da taxa de juros americana e comprometendo o pagamento das parcelas dos empréstimos ao decorrer da década de 80, e que ela será considerada a década perdida brasileira.

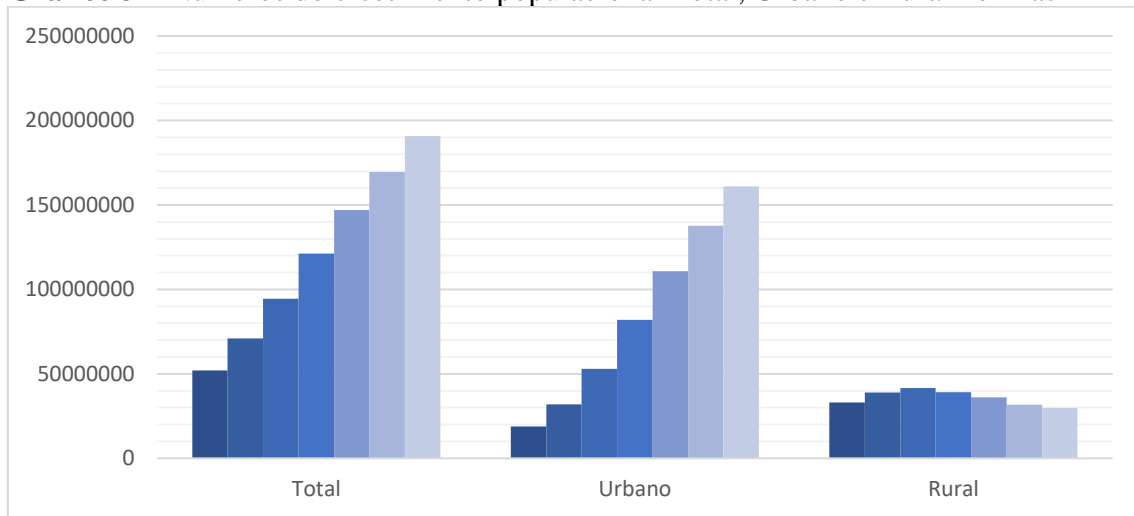
Ao longo deste segundo capítulo, a questão da industrialização brasileira com urbanização que não tiveram os meus mesmos caminhos do que ocorreu em boa parte da Europa que vai do sistema feudal para comercial-industrial. A princípio no Brasil, ela teve antes da de 1930 uma população de caráter fechada, devido a um intenso movimento migratória externo e após a crise do café houve mudanças forte no processo de urbanização do campo para o urbano, depois se centraliza junto com a indústria e após 1980 ela se descentraliza movimentando processo interno de migração. Problemas de início ocorreram muitos através das crises regionais com a dispersão e aumento das periferias que exigiu um planejamento e controle de taxas de natalidade e mortalidade.

O gráfico 2 e 3, compravam toda a linha debatido neste capítulo sobre o caráter do processo de industrialização brasileira como instrumento de desenvolver além da economia, mas também de promover o processo de urbanização no País. Seria muito proveitoso que houvesse a composição dos dados de 1900 a 1940 nestes gráficos, mas conforme está disponibilizado no Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) de 1950 a 2010, referente ao censo demográfico.

Gráfico 2 – Números do crescimento Populacional por Região do Brasil



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1950-2010.

Gráfico 3 – Números do crescimento populacional Total, Urbano e Rural no Brasil

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1950-2010.

No gráfico 2, se pode notar que a região Sudeste entre todas as regiões é a quem mais cresceu em número populacional, devido aos fatores: atividade econômica do café nos anos 1900-1930, da industrialização tardia e sua concentração e a mudança da dinâmica política de Salvador para o Rio de Janeiro. Mas a região Norte de 1980 a 1990, dão um salto vertiginoso no crescimento muito pelas atividades extrativista mineral e pelos grandes projetos que alavancaram o fluxo migratório para a região, como mostra a Figura 1. O gráfico 3 no parâmetro geral demonstra a subdivisão populacional entre o urbano e rural, conforme mostra a partir de 70 tem a superação de números de habitantes vivendo nas cidades e em 80 ocorre a retração do número de habitantes que vivem no campo.

Figura 1 – Processo de Migração no Brasil (1950-1990)

Fonte: Geografia – Ensinar e Aprender. Migrações Brasileiras, 2013.

Nesse momento a questão urbana-rural como se mostra estável e em nenhum momento houve ruptura, mas pelo contrário tem uma intensificação de suas relações. Embora tiveram momentos de declínios da agricultura e depois industrial, por fim agroindustrial. E o que vai sustentar muito bem este modelo até os dias de hoje.

4. O ESTADO E PROGRAMA GRANDE CARAJÁS (PGC): CIDADE DE PARAUPEBAS/PA

Neste capítulo, vamos nos aprofundar nos laços da trajetória de um Estado produtor para um Estado financiador de grandes projetos nacionais, visando criar estruturas básicas de apoio para permitir a consolidação do setor industrial no interior do Brasil. O intuito é combater as desigualdades socioeconômico espaciais de todas as regiões, principalmente da região Norte e Nordeste por conta do fator climático e da mudança do centro dinâmico para a região sudeste; e também para promover a urbanização nestas áreas para agregar o valor de uso as terras, em especial a floresta Amazônica que vinha sofrendo ameaça por parte de governos mundiais de ser transformada em marco internacional, assim como é a Antártica hoje em dia. Por essas razões, o governo brasileiro já mostra uma certa preocupação em desenvolver com uma certa urgência as atividades econômicas locais.

Dessa forma, o capítulo III vai abordar um pouco desta linha temporal até chegar há um desses projetos nacionais via Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e do próprio II Programa Nacional de Desenvolvimento – PND, que é o Programa Grandes Carajás - PGC como base para o surgimento de uma pequena vila de operários e mais tarde em cidade de Parauapebas/PA.

4.1 O Estado e a ocupação da Amazônia.

Durante a Constituinte de 1946, um grupo de parlamentar amazônico conseguiu que fosse aprovado o Plano de Valorização da Amazônia com a alegação de que a região era a menos povoada e desenvolvida em relação à outras. O resultado desta aprovação está no artigo de número 199 da Constituição Federal, onde deverá que cada estado membro desta região e a própria União contribui-se com uma parcela de participação de até 3% de todas as suas receitas para reconstruir o todo o vale amazônico por o tempo de 20 anos, a partir do sancionamento deste projeto. Mas havia um grande problema na implementação das principais metas de desenvolvimento e construção da nova Amazônia, conforme o relatório do Plano Quinquenal e Concepção Preliminar da Valorização Econômica da Amazônia pelo setor de coordenação e divulgação da SPVEA (1954) que diz:

Ora, o traço característico do povoamento na Amazônia é a dispersão. A terra foi ocupada, mas num sentido difuso e sem que se realizasse a

permanência de condição social. A maior parte das populações da área amazônica propriamente dita, localizou-se ao longo das margens dos rios, por força de suas facilidades especiais de transporte e de ser o caminho natural das expedições que demandavam outros cursos fluviais. A população que atualmente habita a Amazônia concentra-se nas cidades que são as capitais administrativas da região, ou distribui-se ao longo das vias de comunicação, ou está dispersa no recesso das florestas, praticando o tipo de ocupação que define a atual economia amazônica: o extrativismo. SPVEA, 1954

Então, somente no segundo governo de Getúlio Vargas que é retomado este assunto de valorização da Amazônia, a qual em janeiro de 1953 foi regulamentado em lei de número 1.806 o artigo supracitado acima (nº199 de 1946) e criando assim a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) que tem a sua execução em períodos quinzenais para as análises e acompanhamento. Ela surgiu como reforço da base criado pelo primeiro plano de valorização da Amazônia, só que há uma presença dessa vez de uma integralização territorial de ordem socioeconômico como complemento de todas as ações políticas do governo central.

De acordo com o relatório da SPVEA (1954, p20), os principais pontos dos objetivos de desenvolvimento da economia amazônica eram em relação à economia nacional:

- a) *Criar na Amazônia uma produção de alimentos pelo menos equivalentes a suas necessidades de consumo;*
- b) *Complementar a economia brasileira, produzindo na Amazônia, no limite de sua possibilidades, matérias primas e produtos alimentares importados no país;*
- c) *Promover a exploração das riquezas energéticas e minerais da região;*
- d) *Desenvolver a exportação das matérias primas regionais;*
- e) *Converter, gradualmente, a economia extrativista, praticada na floresta, e comercial, praticada nas cidades, em economia agrícola e industrial;*
- f) *Estimular a criação da riqueza e sua movimentação através de sistemas de créditos e transporte adequado;*
- g) *Elevar o nível de vida e de cultura técnica e política de suas populações.*

Se fomos discutir cada um dos setes pontos aqui apresentado pelo relatório, verifica-se logo de vista a necessidade de transformação do caráter econômico subsistência de bens primários por algo mais propício que atender a sua região demandada como o próprio país em si. Outro detalhe, que 5 pontos são voltados a necessidade de se criar condições para a implantação da indústria (em que mais na frente irá ver essas instalações como pré-condição para existência e desenvolvimento do setor). E temos além disso 2 pontos voltados para a construção de uma nova identidade dos centros urbanos como expansão da cultura econômica em prol do desenvolvimento das regiões isoladas, muito por conta da atividade extrativista que isolam naturalmente essas famílias de trabalhadores a dentro da floresta.

Faço a questão de apresentar na íntegra três itens (14, 16 e o 17) do plano da SPVEA (1954, p22), que traz a plena elucidação acerca do questionamento como também da execução de como deverá ser o progresso de urbanização e de industrialização na região Amazônica que são:

14- Na evolução das cidades, o seu progresso está condicionado a sua industrialização. Sem industrialização, a população das cidades subsiste pela prática de processos de intermediação e sua manutenção recai integralmente sobre as populações rurais, com aumento correspondente no preço das utilidades e no custo de vida. O excesso de mão de obra disponível e o trabalho manual, sem especialização, criam um regime de salários baixos e um baixo padrão de vida. Somente cidades de pequena população podem viver de uma economia puramente comercial. [...]

16 – Para que a industrialização se torne possível, e sem agravar problemas já existentes, é necessário que os centros industriais disponham de:

- a) Zonas agrícolas próximas que supram os centros industriais de alimentação farta, fisiologicamente equilibrada e a preço acessível;*
- b) Serviços públicos de energia elétrica a preço suficientemente baixo para que permitam uma produção industrial a preço competitivo;*
- c) Boas condições sanitárias locais;*
- d) Ensino profissional, que assegure mão de obra especializada;*
- e) Instituições de pesquisa tecnológicas, que cooperem com as indústrias na solução de seus problemas peculiares;*
- f) Crédito bancário especializado, capaz de emprestar a longo prazo e a juros suportáveis;*
- g) Sistemas adequados de transporte, de movimentação de cargas e armazenagem.*

17 – A industrialização, para que se possa realizar, exige uma certa diversificação, já que as indústrias são complementares entre si. Nos planos de crédito industrial a serem elaboradas devem ser concedidas condições especiais:

- a) Às indústrias que racionalizem ou modernizem atividades industriais atualmente praticadas com caráter marginal;*
- b) Às que utilizem matérias primas da região;*
- c) Às que produzam utilidades de vital importância para a região;*
- d) Às que fabriquem materiais ou implementos utilizados pelas outras indústrias.*

Desta forma, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônica (SPVEA) se tornou eficaz no campo político da atuação de implementação das condições para o desenvolvimento econômico para expansão da urbanização amazônica com a atitude de defesa da soberania nacional diante a uma possível internacionalização das riquezas deste solo.

E tudo começou através do discurso do presidente da época Getúlio Vargas em 1940 no teatro de Manaus - Amazonas, que ficou conhecido como o “Discurso do Rio Amazonas” onde mostrava a preocupação do governo pelo vazio populacional na região e consigo a baixa industrialização.

O sucesso da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) nos primeiros anos, promoverá no governo de Juscelino Kubistchek a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em 1959 comandado pelo seu criador Celso Furtado até o ano de 1964, que também é um dos fundadores da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe mais tarde (CEPAL, 1948). Que tinha como missão à retomada do desenvolvimento econômico após uma terrível seca que se abateu no interior da região, que promoveu uma queda brusca na produção de alimentos que levou ao desemprego rural e com isso, a um grande processo de êxodo dessa população para as demais regiões, principalmente ao sudeste do país.

A Sudene foi criada pela Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, do Congresso Nacional, promulgada pelo presidente Juscelino Kubitschek. O diploma legal dispunha como finalidades e funções da superintendência: a) estudar e propor diretrizes para o desenvolvimento do Nordeste; b) supervisionar, coordenar e controlar a elaboração e execução de projetos a cargo de órgãos federais na região e que se relacionem especificamente com o seu desenvolvimento; c) executar, diretamente ou mediante convênio, acordo ou contrato, os projetos relativos ao desenvolvimento do Nordeste que lhe foram atribuídos nos termos da legislação em vigor, e d) coordenar programas de assistência técnica, nacional ou estrangeira, ao Nordeste. Mascarenhas; Neto. Sudene.

Após quase 7 anos desde da criação da SUDENE (1959), o governo do presidente Humberto Castelo Branco já no período Militar, volta a temática do Desenvolvimento Nacional em prol da defesa da soberania do Brasil. E no início do ano de 1966 é instaurado a *Operação Amazônia*, cujo o objetivo central é reformular o plano original e reestruturar a região para receber os devidos investimentos para a transformação do espaço territorial em atender o caráter urbano-industrial brasileiro, conforme esta exposto no decreto presidencial da criação do anteprojeto:

“Art. 1º - Fica instituída, nos termos do presente Decreto, a “Operação Amazônica”, com a finalidade precípua de mobilizar e coordenar os esforços governamentais que se orientarem em favor do desenvolvimento e da reformulação da política federal na região amazônica, no sentido de atualizar e dar novas prioridades a programas de desenvolvimento e de ocupação do território amazônico.” Anteprojeto de Decreto. Institui a Operação Amazônia

Mas a intenção real da Operação Amazônia era sinalizar a sociedade civil, ao setor privado e aos demais países que fazem fronteira ao Brasil; que o Governo vai da utilidade a região visando o papel de ocupação territorial via estímulo ao setor industrial como se ocorreu durante a pré-SUDENE pela Operação Nordeste, através do grupo de Trabalho de Discursão do Nordeste.

Em contrapartida no mesmo ano, mas precisamente no dia 27 de outubro de 1966 é formalizado através da lei de nº 5.173 que extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) para a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), a qual fortalece a legitimidade do Plano de Valorização da Amazônia pelo artigo de nº 199 de 1946 e criar uma serie de medidas (como elaborar, executar o PVEA, revisar, colaborar com outros órgãos e fiscalizar todos os projetos que receberem fundos de participação no desenvolvimento).

Além da criação da SUDAM, neste mesmo dia sobre a lei de nº 5.174 foi criado a concessão de incentivos fiscais em favor do desenvolvimento da região Amazônica que são conjuntos de dispositivos legais em favor de estimular a instalação de empreendimentos locais de uma simples dedução fiscal do colhimento do imposto de Renda até regras de multas para comprar de equipamentos na área do norte e for implementado a sua utilidade fora dela. Já no dia seguinte, sobre a forma de lei de nº 5.122 transforma o Banco de Crédito da Amazônia da lei de nº 4.595 do ano de 1964 em Banco da Amazônia S.A (BASA), que tem a função de incentivar com linhas de créditos projetos aprovados pela SUDAM ou propriamente por ele mesmo tendo dentro da lei mecanismo de análise e aprovação de projeto atendendo a necessidade da visão do Governo Central.

Em 16 de janeiro de 1967, sobre o decreto presidencial de nº 60.079 é aprovado o regulamento geral do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, fortalecendo a atuação de todas as leis acima citado (nº 5.173, nº 5.174 e nº 5.122/66). A qual neste decreto se tem a presença que caracteriza o Fundo para Investimento Privados no Desenvolvimento da Amazônia (FIDAM) pelo BASA.

Durante vários anos houve uma series de implantação de planos por parte do governo na promoção do engate da primeira marcha rumo a industrialização foram eles:

Projetos Governamentais	Ano e Duração
Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional	1939
Plano de Obras e Equipamentos	1943
Plano SALTE	1950
Plano de Metas	1956 a 1961
Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social	1963 a 1965

Programa de Ação Econômica do Governo	1964 a 1966
Programa Estratégico de Desenvolvimento	1967 a 1970
I Plano Nacional de Desenvolvimento	1970 a 1974
II Plano Nacional de Desenvolvimento	1975 a 1979

Fora outros planos que surgiram após a década de 1980, mas nesse momento de análise para o estudo da monografia é será focalizado no do Governo Militar que implantou dois Planos Nacionais de Desenvolvimentos (PND): a I PND será marcado pelo reforço da estrutura do Plano de Metas, assim como, a visualização do Brasil em uma esfera de estabilidade macroeconômica permitindo que haja um avanço do desenvolvimento brasileiro em prol de se destacar internacionalmente para atrair capital estrangeiro em seus projetos. Uma característica deste plano é que foi um projeto de lei de nº5.727 e teve um excelente desempenho movimentando todas as estruturas existentes desde das empresas estatais até os bancos público ou privados. Chegando ao fim em 1974, por conta da primeira crise do petróleo mundial. A II PND surge como uma resposta rápida de atuação provocado pela crise do petróleo, onde muda a estratégia e passa fomentar a indústria básica em peso. A agricultura e a pecuária também passam a ser atrativo na formulação deste desenvolvimento, como também, há a criação de política energética a fim de não depender muito dos combustíveis fossilizados em sua economia, aprova disso é o programa de Biodiesel e hidrelétricas. E também o fortalecimento da integralização nacional em todo o território e crescimento social também, mas tendo o seu fim em 1979 com o segundo impacto do choque do petróleo e com a elevação da taxa de juros americanos sendo uma das causas do alto grau de endividamento durante os anos 80.

Durante a década de 50 até meados do início dos anos 80, o Brasil passou por grandes progressos desenvolvimentista nacional. Onde teve fases de um Estado regulador, produtor e por último financiador. Temos as principais obras públicas como: Companhia Hidrelétrica do São Francisco – CHESF (1945), Rodovia Belém-Brasília (1960), inauguração da capital do Brasil em Brasília (1960), Porto de Ponta da Madeira, na baía de São Marcos em São Luís-MA (1966-72), Rodovia Transamazônica, vulgo BR-230 (1969/74 e até hoje não concluída), Usina Hidrelétrica do Tucuruí (1976-84), Estrada de Ferro Carajás (1982-85) e Ferrovia Norte-Sul (1987 até hoje não concluído). E decretos como a criação da Zona Franca de Manaus (1967) e do Projeto Grande Carajás (1980).

E se tratando desse último, o Projeto Grande Carajás (PGC) será o novo impulsor da política de desenvolvimento da região norte e assim, como instrumento de causalidade na formação de cidades (entre elas, a de Parauapebas).

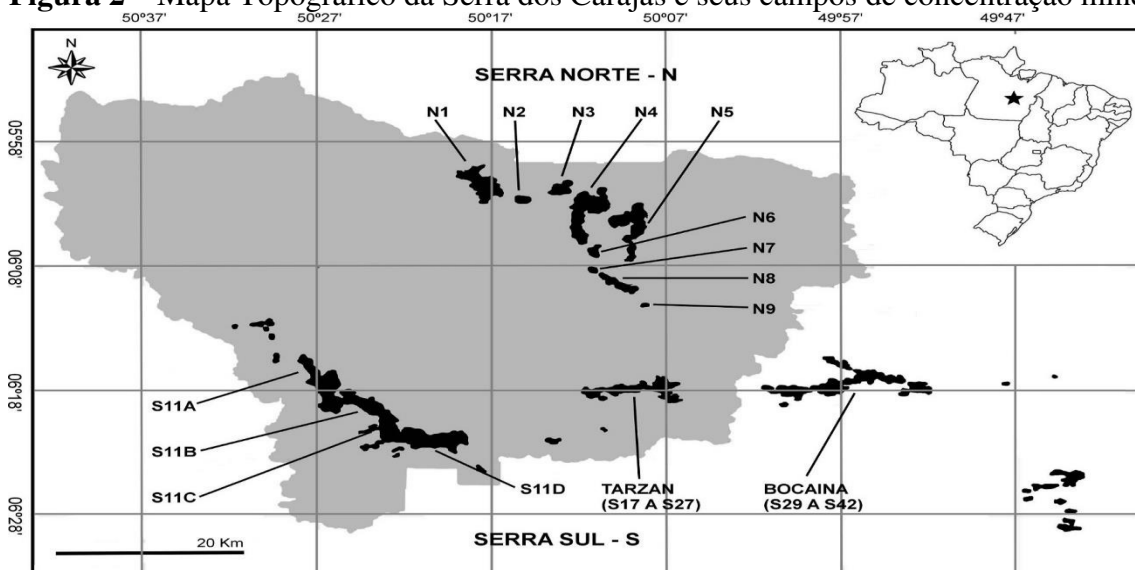
4.2 Projeto Grande Carajás: sua história

Desde do primórdio em que o Governo Brasileiro passou em querer industrializar para urbanizar a Amazônia em prol do desenvolvimento nacional via questão de defesa de sua soberania territorial sobre o uso e exploração da região Amazônica.

Vários estudos foram realizados para mapear todo o potencial geográfico da área e se criar políticas de industrialização para esses setores. Se teve a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA, 1946) e a Operação Amazônia (1966), que identificaram áreas propícias para a exploração de recursos minerais nos Estados do Amapá e Pará.

Mas só a partir da implantação do Projeto Radar da Amazônia (RADAM do Brasil) que atuou entre os anos de 1970 até 1985 com a função de mapear topograficamente pela utilização de aviões radares todo solo de cada km² de densa floresta em busca de riqueza natural como forma de segurança ao Estado e as próprias empresas privadas deste setor mineral, e que realizou com excelência todo o cobertura espacial da extensão, conforme a Figura 2 logo abaixo demonstra áreas com potencial valor econômico para a exploração.

Figura 2 – Mapa Topográfico da Serra dos Carajás e seus campos de concentração mineral.



Fonte: Flora das cangas da Serra dos Carajás, Pará, Brasil: história, área de estudos e metodologia. Rodriguésia vol.67 no.5spe Rio de Janeiro, 2016.

Muitos Geográficos iam ao campo, verificar e analisar aquele solo mediante ao mapa topográfico com equipes bem básicos e instrumentos sucateados, entre eles o uso do helicóptero que era o único meio de transporte a dentro da mata. Por volta do ano de 1967, o Geólogo Gene Tolbert comandou o projeto junto com outros geólogos Breno Augusto dos Santos, João Ritter e Erasto de Almeida, pela empresa americana United State Steel (US Steel) que estava em busca de manganês para atender a siderurgia americana e a que no Brasil, ela criou o Brazilian Exploration Project (BEP). E já visavam sem muito perceber do potencial que aquele lugar seria a maior jazida de minerais do mundo, que é a Serra dos Carajás, na região sudeste do Pará a cerca de 198 km de distância da cidade mais próxima que era Marabá. A ideia de verificar essa área veio das fotografias obtidas pelo Projeto Araguaia (1954) ao fotógrafa toda a extensão do Rio Araguaia e Xingu em busca de minérios valiosos ao longo do vale.

No dia 31 de julho de 1967, em um pouso numa clareira para abastecimento do helicóptero, o então geólogo Breno ao estranha uma pequena rocha por cima daquela superfície de pouca vegetação se deparou com a maior descoberta de minério de ferro com teor elevado do mundo (superando da cidade de Itabira, no norte de Minas Gerais). Mas se percebeu que não teria condições política suficiente da empresa United State Steel (US Steel) comanda só aquela imensidão que demandará um grau elevado de construção de infraestrutura, embora já possuísse autorização de exploração. Neste momento, o Governo solicitou diante da Companhia Vale do Rio Doce (1942) que encaminhou um geólogo para analisar as terras demandada pela empresa américa e se viu todo o potencial para a saída estratégica em busca de obter capital estrangeiro nos empreendimentos no complexo Araguaína.

Na década de 70, o Governo Brasileiro por intermédio da Companhia Vale do Rio Doce junto com a empresa americana United State Steel forma um consócio chamado Amazônia Mineração S.A para trabalharem em conjunto pela exploração da serra dos carajás. O governo lavrar e outorgar pelo decreto nº 77.608 de 1976 a concessão da empresa para a construção de uma estrada de ferro da serra dos carajás do Estado do Pará até a baía de São Marcos, no Estado do Maranhão.

No ano seguinte, a parceria entre a US Steel e o Governo se desfaz e obrigando-o pagar em torno de US\$ 50 milhões com acréscimo de 6% pelos investimentos iniciais nos estudos da área. Mas pela ótica do Governo Militar foi um fim ótimo, pois colocou a empresa estatal em forma do próprio Estado no controle total da exploração, gerenciamento e venda deste minério para o mercado internacional. E sem falar, que estimulou a retomada do investimento para o

desenvolvimento da região norte. Assim, no dia 24 de novembro de 1980 pelo Decreto de nº 1.813 e nº 85.387 é criado o Projeto Grande Carajás (PGC).

Desta maneira, um grande processo de transformação se apresenta na região com os projetos da construção da Usina Hidrelétrica do Tucuruí-PA, Estrada de Ferro de Carajás-PA/MA e pela ampliação do Porto de Ponta da Madeira em São Luís-MA, da Rodovia PA-275 ligando Marabá até a Serra dos Carajás. Demonstrado pelas Figuras 3 e 4.

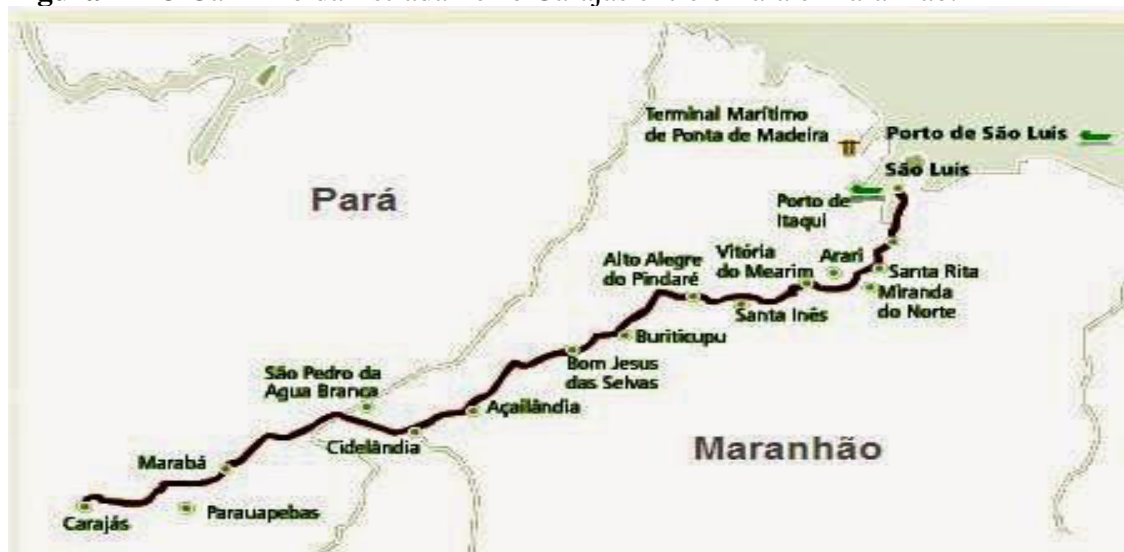
Figura 3 – O complexo do Projeto Grande Carajás



Fonte: Bertha, Becker. Amazônia. São Paulo: Ática, 1990. P.66.

*extraído do site slideshare. IECJ- Cap.15. A organização do espaço na Amazônia

Figura 4 – O Caminho da Estrada Ferro Carajás entre o Pará e Maranhão.



Fonte: wikipédia, 2018.

Enquanto a esfera econômica industrial está sendo moldado pelos grandes empreendimentos, por exemplo o estímulo à construção da siderurgia na cidade de Marabá-PA e Açailândia-MA. Na esfera urbana, um grande fluxo de pessoas em busca de trabalho começa a se deslocar rumo a essas obras inclusive na área de atuação principal dela (cidade de Parauapebas-PA), mas antes já havia um intenso movimento migratório na região por conta de atividades rurais camuflada em forma de garimpos que deriva no início dos anos 80 no surgimento da Serra Pelada (atualmente é a cidade de Curionópolis-PA).

Com isso, o objetivo principal do Projeto Grande Carajás é de desenvolver a atividade de industrialização através da siderurgia, promover a mudança da economia natural de subsistência por economia industrial-comercial, criar estruturas para expansão da urbanização nesses espaços vazios para que forme emprego e renda, capaz de gerar aumento da demanda interna do país e consigo amenizar a crise dos anos 70, e o principal, descentralizar a economia industrial do sudeste para outras regiões – conforme a II PND.

4.3 A Urbanização de Parauapebas/PA

A cidade de Parauapebas está localizada na região sudeste do Estado do Pará, de Latitude $06^{\circ} 04' 03''$ S e Longitude $49^{\circ} 54' 08''$ W com uma altitude de 150 m e área de 7.077,2 km² (e ainda em pleno processo de expansão). Fazendo fronteira ao norte com o município de Marabá, ao leste com o município de Curionópolis, ao sul pelos municípios de Canaã dos Carajás e Água Azul do Norte e ao oeste pelo município de São Félix do Xingu.

Figura 5 – Mapa da Região de Parauapebas, Curionópolis e Eldorado dos Carajás



Fonte: Google Earth, 2018.

Com o descobrimento do minério na região da serra dos carajás na década de 60, um bom movimento de ocupação das terras ao redor da área cresce impulsionado pelos Programa de Integração Nacional (PIN) e o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA) através de incentivos de linhas de créditos agrícolas. Mas na verdade, muitos das ocupações das terras eram com intuito de criar a atividade precária de mineração em busca de metais preciosos (ouro), que de fato se intensificou muito no fim dos anos 70 com a explosão especulativa de ouro na área da Serra Pelada. Causando um grande fluxo migratório de garimpeiros de todo o Brasil no que ficou conhecido como a primeira grande corrida do ouro, chegando a registrar oitenta mil pessoas no ano de 1984 trabalhando direto ou indiretamente ou simplesmente morando na Vila Serra Pelada.

No ano de 1976/81 começa a operação de construção da estrutura na Serra dos Carajás, assim como também da Estrada de Ferro Carajás chegando a registra nesse período cerca de quatorze mil trabalhadores. A Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) por meio de atender as necessidades destes trabalhadores com moradia, criou a Vila dos Operários que se chamou de Parauapebas em homenagem ao rio de Parauapebas que dividia a vila à serra e que em tupi guarani significa “rio de águas rasas”. Enquanto isso, durante a construção da rodovia PA-275 acontece de modo natural a ocupação desta margem próximo a vila construída pela CVRD, formando o povoado Rio Verde (composto por familiares, comerciantes e outros trabalhadores). Com o tempo, superou em muito o números de habitantes da vila originaria, fazendo que a Companhia Vale do Rio Doce construísse um aparato público para atender toda a população e essas construção são: delegacia de polícia, hospital municipal, o prédio administrativo da prefeitura, a escola Euclides Figueiredo, rede elétrica, e, junto com um pequeno grupo promoveu a distribuição de lotes e a organização urbana (abrindo ruas).

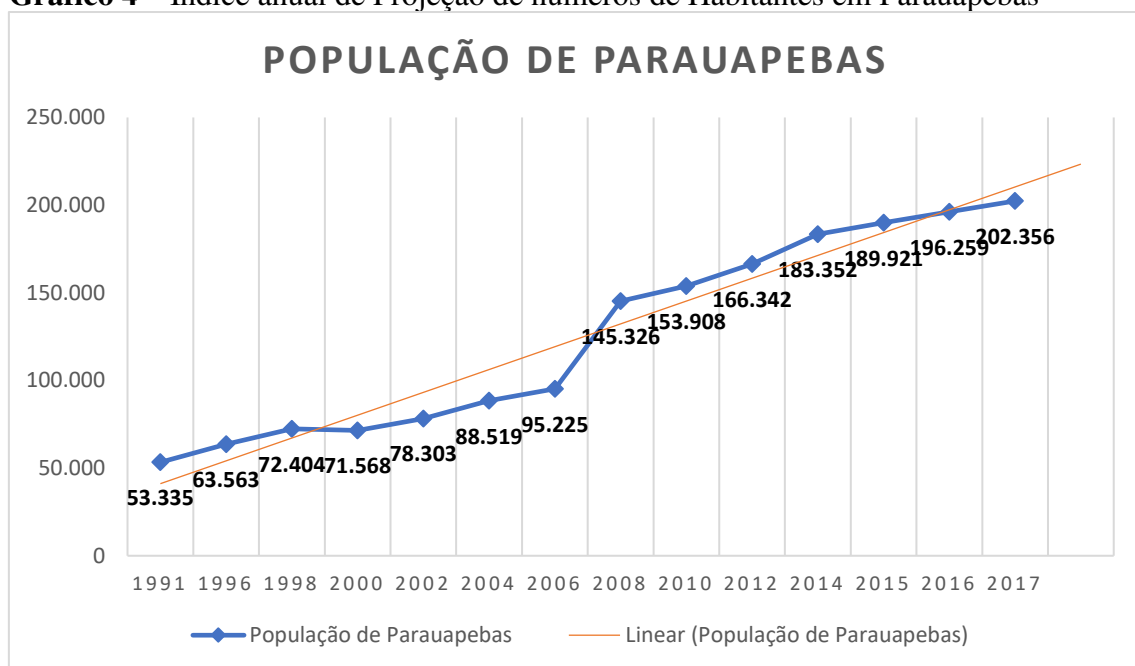
Mas somente após a crise do ouro na Serra Pelada no ano de 1984, devido a escassez de ouro e também pela estrutura precária de exploração. Os garimpeiros invadiram a Vila de Parauapebas e depredaram quase toda a estrutura já criada com o objetivo de pressionar a CVRD de criar estruturas similares onde se localizaram. Também, pressionaram o poder político de marabá sobre os investimentos que eram obrigados a realizar nessas vilas com o dinheiro que vinha recebendo dos impostos da serra dos carajás em torno de 10%. Pois, as vilas de Parauapebas, Serra Pelada e da Vila do Eldorado eram pertencentes à área de Marabá. Que só deixou de ser, após o plebiscito realizado pela Assembleia Legislativa no dia 24 de abril de 1988 e no dia 10 de maio de 1988 pela lei Estadual nº 5.443/88 a vila de Parauapebas se emancipou em Município de Parauapebas, a Serra Pelada em município de Curionópolis e outro

em Município de Eldorado dos Carajás. E mais tarde, novas divisões ocorreram no Território de Parauapebas, criando os municípios de Água Azul do Norte, Canaã dos Carajás e Bannach (São Félix do Xingu).

4.3.1 População

Conforme já exposto na história de origem do surgimento da cidade de Parauapebas, a população tem característica forte oriunda de emigrantes nacionais vindo dos estados do Maranhão, Minas Gerais, Goiás e como do próprio estado do Pará. A construção da população constitui da maioria dos trabalhadores que trabalham nas minas de minério de ferro da serra dos carajás, uma parte dos garimpeiros que saíram da Serra Pelada para se instalar na cidade e outras que se aventuraram para ficar na região para exercer a atividade comercial. Conforme os gráficos e tabelas abaixo irão demonstrar:

Gráfico 4 – Índice anual de Projeção de números de Habitantes em Parauapebas



Fonte:

SEFOR/GED/IBGE 2017.

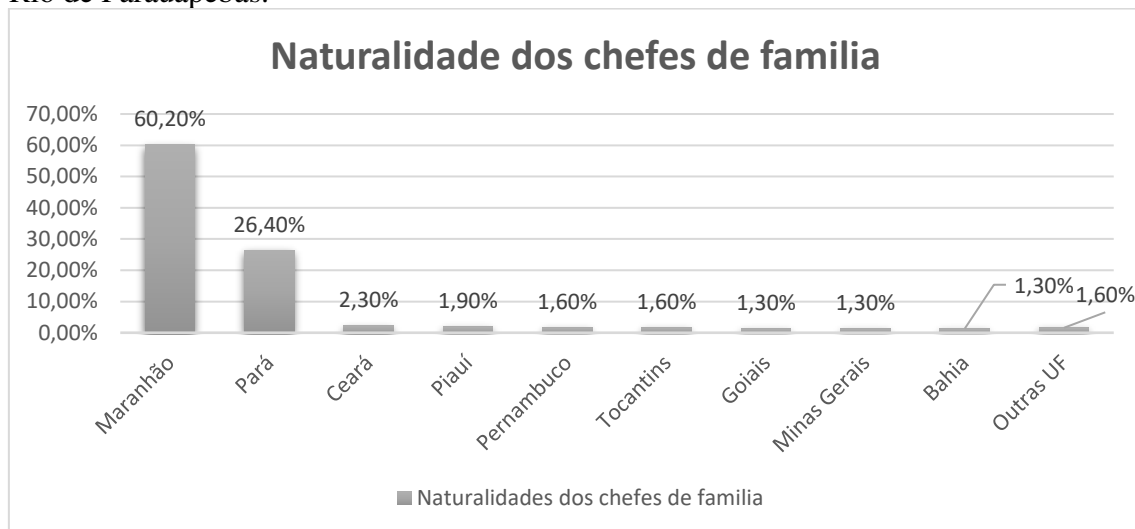
O Gráfico 4 demonstra o grau de crescimento da população de Parauapebas que de acordo com os dados oficiais do IBGE de 1991 até 2000, houve um crescimento de 3,3% devido ao fato de subdivisão do território para criar outros dois municípios (Canaã dos Carajás e Água Azul do Norte). Mas é entre os anos de 2000-2010, que ocorre uma elevação surpreendente de 8%, se comparamos com os índices de 2% do estado do Pará e de 1,2% do Brasil. É explicado

pela coincidência do boom das commodities nos anos 2000, elevando os preços dos principais produtos (Petróleo, Minério de Ferro, Soja, Milho, etc.) no mercado internacional. E devido ao estímulo puxado pelo aumento dos preços do minério de ferro chegando a atingir U\$ 170 por tonelada no ano de 2009, impulsionando o aumento da produção e da quantidade do número de trabalhador com consequência provocando o aumento da renda (como a tabela 7 mostra).

Com essa soma de fatores, se tornou um campo aberto para um aumento do número de emigrantes de outros estados em busca de trabalho e melhores condições de vida. Trazendo juntos consigo à suas famílias e se instalando na cidade, que demandou um aquecimento expressivo nas atividades comerciais e imobiliários.

O gráfico 5, reforça em uma pequena amostra populacional de 312 famílias entrevistadas durante a construção do Projeto de viabilidade e do impacto da Orla do Rio de Parauapebas, cujo moravam nesta parte da cidade. E se constatou o reflexo deste processo de urbanização de caráter integração regional, onde o maior números de pessoas são do estado do Maranhão com 60,2% e seguido pelos 26,9% do estado do Pará.

Gráfico 5 – Porcentual de Naturalidade dos chefes de famílias que moram na orla do Rio de Parauapebas.



Fonte: Projeto Orla do Rio de Parauapebas. Prefeitura de Parauapebas, 2014.

A Tabela 1, demonstra o avanço da urbanização em quesito aumento populacional por questão locacional do espaço. Onde se constata um salto da taxa de urbanização de 1991 de 51,45% para 90,11% em 2010, embora se deva ressaltar uma diminuição de número da população rural de 1991 para 2000 e um singelo aumento em 2010 (em algum momento oportuno mais pra frente na vida acadêmica, deva ser estudado essa parte melhor que explique essa elevação. Já que a cidade vive um descontrole populacional, provocando adentramento da

expansão habitacional para dentro das zonas rurais). Mas em si, a cidade já vive uma condensação da urbanização.

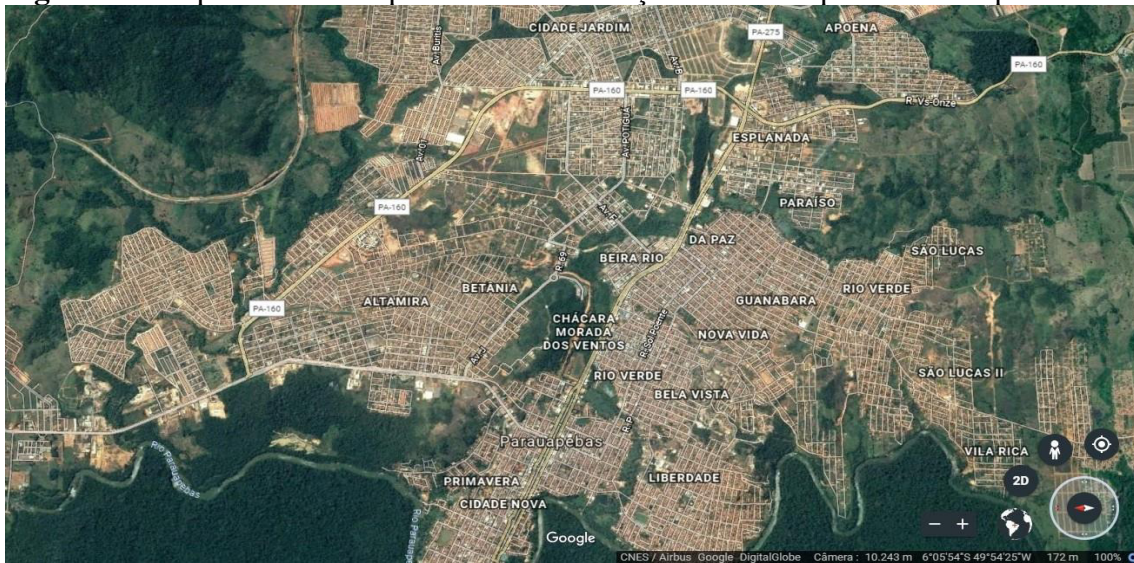
Tabela 1 - Total, Urbana e Rural da população de Parauapebas

Parauapebas	1991	2000	2010	TGCA 1991-2000	TGCA 2000-2010
População Total:	53.335	71.568	153.908	3,32%	7,96%
Urbana:	27.443	59.260	138.690	8,93%	8,88%
Rural:	25.892	12.308	15.218	-7,93%	2,14%
Taxa de Urbanização	51,45%	82,80%	90,11%	-	-

Fonte: IBGE – Censos Demográficos, 1999, 2000 e 2010.

TGCA: Taxa Geométrica de Crescimento Anual

Figura 6 – Mapa Atual da Explosão da Urbanização do Município de Parauapebas



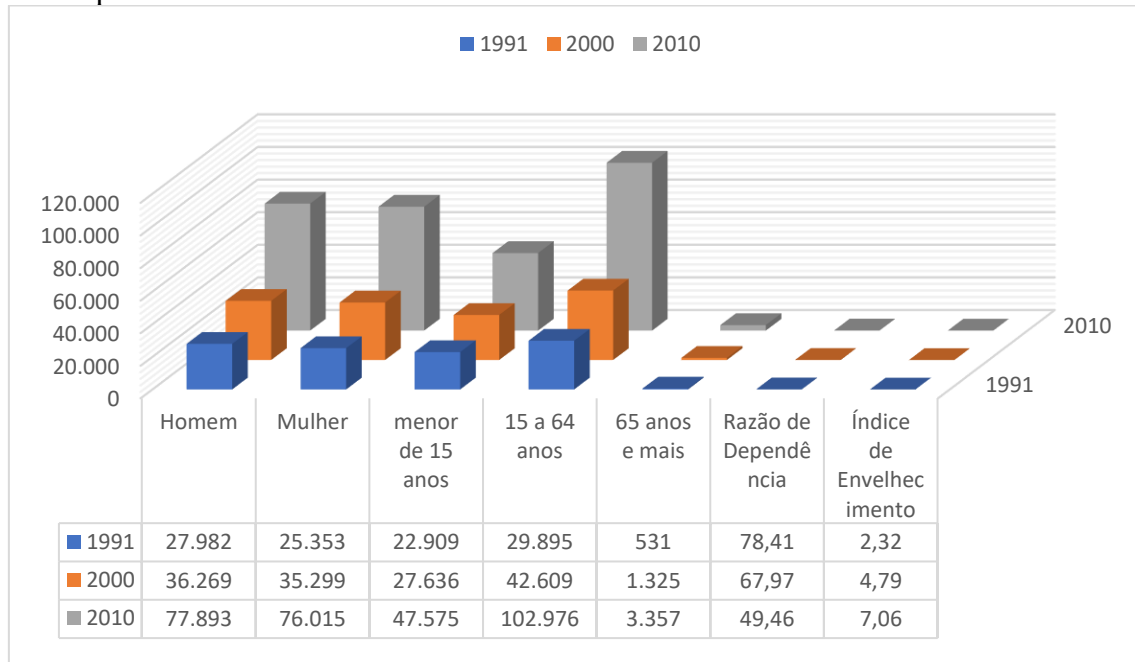
Fonte: Google Earth, 2018.

O Gráfico 6 aprofunda melhor na composição interna acerca da população parauapebense, como uma maneira de se melhor entender a estrutura do agente que habita no organismo vivo chamado cidade. Há uma paridade bem equilibrado entre os sexos (masculino e feminino) ao longo dos vinte anos, a diferenciação está no nível da faixa etária entre os anos de 2000 a 2010 na categoria dos 15 a 64 anos, ou seja, a faixa da população ativa ao mercado de trabalho. Que se nota, um aumento bem expressivo desta faixa em relação as outras.

De certa forma, esse aumento da faixa da população ativa tem ligação direta ao emprego promovido pelo setor indústria e terciário pela extrativismo mineral da serra dos

carajás. Assim, como também reflete na Tabela 2 com o estímulo na expectativa de vida e uma tendência natural de diminuição da taxa de fecundidade (o que se pode explicar também a disparidade entre as faixas de até 15 anos com a de 15 a 64 anos no período de 2000 e 2010).

Gráfico 6 - Composição estatutária por Sexo, Idade na composição da população de Parauapebas.



Fonte: IBGE – Censos Demográficos, 1991, 2000 e 2010.

A Tabela 2 mostra dois dados interessantes que compõem no crescimento da população, que é a diminuição da mortalidade infantil e o aumento da esperança de vida ao nascer, isto em um período corresponde de acentuação nos anos de 2000/2010.

Tabela 2– Taxa de Longevidade, Mortalidade e Fecundidade em Parauapebas.

	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer	65,7	68,6	73,6
Mortalidade Infantil	42,6	32,3	17,4
Mortalidade até 5 anos de idade	52,6	34,8	18,7
Taxa de fecundidade total	3,6	3,3	2,6

Fonte: Atlas Brasil Org.

4.3.2 Economia

No início da década de 80, a economia do município de Parauapebas é voltada em sua maioria para o centro dinâmico da exploração do minério de ferro da serra dos carajás, assim

como para construção da Estrada de Ferro. Mas havia também com poucas participações da atividade agropecuária e do setor de serviços. Ou seja, presença do setor secundário é de suma importância na promoção do desenvolvimento urbano da cidade. Conforme a Tabela 3, esclarece através do PIB a preços correntes entre os anos de 2002 a 2015, que é após o ano de 2009 provocado pela elevação do preço da tonelada métrica do minério há um salto do PIB no valor de R\$ 5.373.091 para o valor R\$ 14.985.170 no ano de 2010. Esse pico continuará por mais 4 anos e que culminará no fim do Boom da Commodities no ano de 2014, assolado também pelo início da crise brasileira pressionado pelo aumento dos preços administrativos como o aumento do preço da energia elétrica.

Mas a Tabela nos revela a consolidação da atividade industrial como motriz do desenvolvimento e que puxará no ano de 2013 a atividade agropecuária para cima devido ao aumento da demanda interna por alimento vegetal e animal, que explicaria também o aumento da população rural de 2000/2010 pela Tabela 1.

Tabela 3 – PIB, os valores adicionados, per Capita e Balança Comercial

Ano	PIB a preços correntes (mil reais) *	Valor adicionado Bruto a preços correntes Total (mil reais) *	Valor adicionado bruto a preços correntes da agropecuária *	Valor adicionado bruto a preços correntes da indústria*	PIB per capita***	Saldo da Balança Comercial (U\$ mil) **
2002	1.396.407,00	1.303.510,00	14.901,00	882.332,00	-	-
2003	1.649.253,00	1.507.897,00	19.147,00	1.023.869,00	-	-
2004	2.194.271,00	2.046.161,00	27.921,00	1.384.914,00	-	-
2005	.476.363,00	2.290.815,00	34.937,00	1.538.671,00	-	-
2006	2.673.716,00	2.448.872,00	40.265,00	1.602.647,00	-	-
2007	2.955.019,00	2.694.685,00	33.661,00	1.629.477,00	-	-
2008	6.522.232,00	6.262.027,00	32.744,00	4.773.661,00	-	-
2009	5.373.091,00	5.069.459,00	33.818,00	3.474.559,00	-	-
2010	14.985.170,00	14.591.647,00	56.643,00	11.965.462,00	-	-
2011	21.013.984,00	20.495.928,00	68.890,00	17.073.921,00	131.150	-
2012	19.080.395,00	18.407.385,00	77.216,00	14.665.539,00	114.706	-

2013	20.198.715,00	19.541.614,00	147.745,00	15.478.156,00	114.387	9.890.968.681
2014	15.561.713,00	14.985.707,00	163.139,00	10.880.412,00	84.910	7.488.350.033
2015	11.208.942,00	10.623.905,00	119.876,00	6.980.728,00	59.019	3.849.748.981

Fonte: *IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

**MDIC - Alice Web. Elaboração: FAPESPA

***IBGE/FAPESPA

A Tabela 4 só reforça a ideia já demonstrado acima do Setor Secundário para a cidade de Parauapebas. Pois, é nela que se encontra a indústria mineral e todas as demais atividades econômicas que fomentam essa indústria. O PIB em destaque de 2013, a qual registrou o maior volume monetário da série histórica de 2000/2002 a 2015, se subdividir pela participações entre os setores primários, secundários e terciários em comparação ao ano de 2013.

Percebe-se uma queda do grau de dependência econômica do setor secundário de quase 80% de 2000 para 75,91% em 2013, mas se nota a importância desta dinâmica no seio da construção expansiva da cidade. Cujas há um aumento de R\$ 3.425.709.801,80 para R\$ 15.381.781.448,00, e esse aumento da atividade econômica faz que haja um aumento no colhimento dos impostos de 20,69% (IPTU, ISS e outros).

Tabela 4 – PIB Total, Setorial, Percentual de Participação e Taxa Geométrica de Crescimento Anual 2000-2013. ***

Parauapebas	2013	Participação PIB total	2000*	Participação PIB total	TGCA 2000-2013
PIB Total	R\$ 20.263.414.736,00	-	R\$ 4.287.106.036,70	-	12,69%
PIB Setor Primário	R\$ 147.766.566,00	0,73%	R\$ 27.951.682,20	0,65%	13,67%
PIB Setor Secundário	R\$ 15.381.781.448,00	75,91%	R\$ 3.425.709.801,80	79,91%	12,25%
PIB Setor Terciário	R\$ 3.293.436.737,00	16,25%	R\$ 770.820.522,89	17,98%	11,82%
Administração Pública**	R\$ 718.216.960,00	3,54%	R\$ 157.489.023,11	3,67%	12,38%
Impostos	R\$ 722.213.035,00	3,56%	R\$ 62.624.029,81	1,46%	20,69%
PIB Per Capita	R\$ 114.753,57	-	R\$ 59.902,55	-	5,13%

Fonte: IBGE, Produto Interno Bruto dos Municípios, 2000 e 2013.

*Valores corrigidos pelo IGP-M (FGV) para o ano de 2013 (in. Banco Central do Brasil/Calculadora do Cidadão, 2016).

**Os valores de administração pública também estão contemplados na contabilização do PIB para o setor Terciário da economia

***Extraído do Relatório Projeto de Macrodrenagem, Proteção de Fundos de Vale e Revitalização das Margens do Rio de Parauapebas – PROSAP

As Tabelas 5 e 6, esmiúça ainda mais a formação na composição destes setores na conjuntura econômica da cidade entres os números de empregos e de empresas, mas no ano de 2015 (pois não conseguir encontra os dados sólidos referentes ao ano de 2013). Revela que diferente da Tabela 4 acima, a concentração de trabalhadores está no setor Terciário e não no setor Secundário. Pois no ano de 2015, se consta 20.442 postos de trabalhos compostos pela junção da atividade de Administração Pública e Serviços. O Setor Primário com 181 postos e o Setor Secundário com 19.376 postos de trabalho, dando o total de 48.991.

Não muito diferente, os números de empresas acompanham os empregos pelos setores. Pois no Setor Primário tem 89, no Setor Secundário tem 382 e no Setor terciário tem 2.229 empresas. No ano de 2015 há presença de 2.706 empresas na cidade, de maioria na categoria de bens e serviços comercial (que está localizado na Rua do Comércio, no Bairro Rio Verde, avenida F do Bairro Cidade Nova ou no Shopping de Parauapebas na parte nova da cidade).

Tabela 5 – Empregos por Setor em Parauapebas*

Extrativa Mineral	Indústria de Trans.	Serviços Industriais de Utilidade Pública	Construção Civil	Comércio	Serviços	Admin. Pública	Agropecuária, extração Vegetal, Caça e Pesca	Total
10.959	2.493	42	5.924	9.263	11.179	8.950	181	48.991

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – RAIS, 2015

*Relatório Projeto de Macrodrenagem, Proteção de Fundos de Vale e Revitalização das Margens do Rio de Parauapebas – PROSAP

Tabela 6 – Empresas por Setor em Parauapebas*

Extrativa Mineral	Indústria de Trans.	Serviços Industriais de Utilidade Pública	Construção Civil	Comércio	Serviços	Admin. Pública	Agropecuária, extração Vegetal, Caça e Pesca	Total
9	166	6	207	1.294	932	3	89	2.706

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – RAIS, 2015

*Relatório Projeto de Macrodrenagem, Proteção de Fundos de Vale e Revitalização das Margens do Rio de Parauapebas – PROSAP

4.3.3 Renda

O nível de Renda também acompanha o crescimento populacional junto com o boom das commodities, está claramente explanado na Tabela 7 pelo período correlacionado dos anos

2000 e 2010. O que se nota de imediato redução é no índice de porcentagem de pobres de 37,34% de 2000 para 13,17% em 2010, que é expressamente demonstrado pelo índice de Gini.

***RENDA PER CAPITA.** Literalmente, “renda por cabeça”. Em economia, indicador utilizado para medir o grau de desenvolvimento de um país, obtido a partir da divisão da renda total pela população. Este índice, embora útil, oferece algumas desvantagens, pois, tratando-se de uma média, esconde as disparidades na distribuição da renda. Assim, um país pode ter uma renda per capita elevada, mas uma distribuição muito desigual dessa renda. Ou, ao contrário, pode ter uma renda per capita baixa, mas uma renda bem distribuída, não registrando grandes disparidades entre ricos e pobres. Sandoni, Paulo. Novíssimo Dicionário de Economia, 1999*

Tabela 7 -Renda, Pobreza e Desigualdade - Município - Parauapebas - PA

	1991	2000	2010
Renda per capita (média 2010)	392,48	444,97	627,61
% de extremamente pobres	13,20	14,25	4,42
% de pobres	36,32	37,34	13,17
Índice de Gini	0,59	0,65	0,53

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013.

*Valor corrigido pelo IGP-M (FGV) para ano 2010 (in. Banco Central do Brasil/Calculadora do Cidadão, 2017)

4.3.4 Transporte

O transporte é outro item fundamental durante o processo de industrialização e da própria urbanização. No caso de Parauapebas foi necessário durante o processo de descoberta até sua plena atividade de construção da malha ferroviária no ano de 1982-1985 que ligaria a serra dos carajás no sudeste do Pará até o porto da ponta da madeira na cidade de São Luís-MA. Uma construção de estrada rodoviária que ligasse Parauapebas ate a cidade de Marabá, que inicialmente foi uma obra da própria Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e que depois o Estado do Pará assumiu o compromisso para o termino da estrada que é a PA-275 que possui a extensão de 170 Km de distância entre as cidades. E a construção de um pequeno aeroporto no ano de 1982 próximo ao núcleo da Vale para atender com rapidez o transporte de produtos e pessoas da empresa à trabalho.

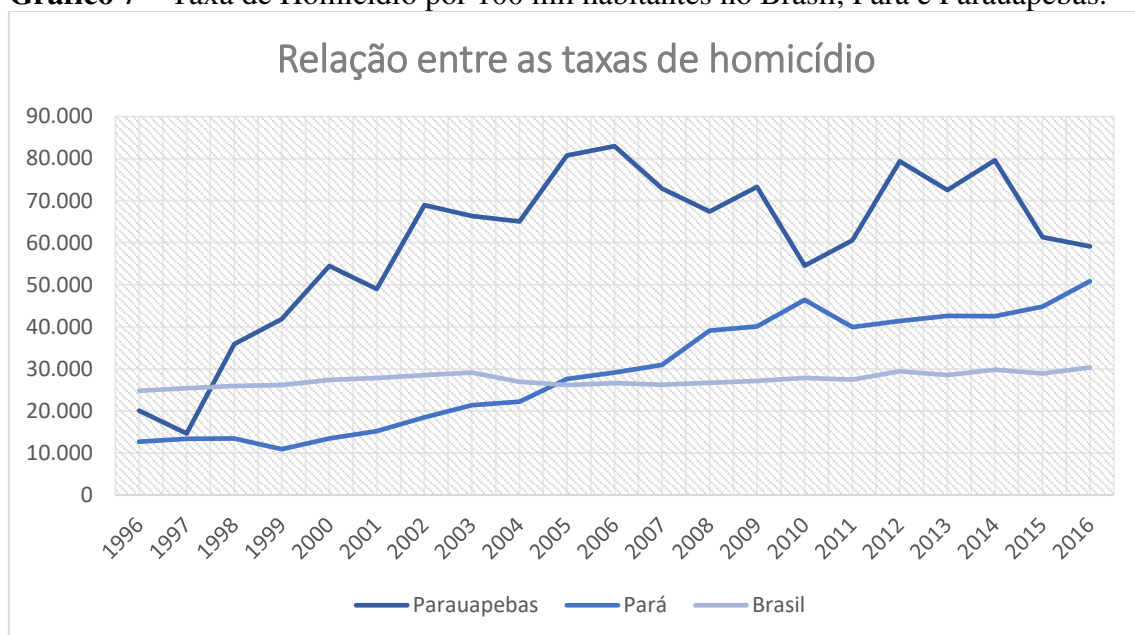
4.4 Os efeitos negativos da urbanização no Município

A cidade atualmente vive um reflexo negativo provocado pelo desordenamento populacional, assim como outras cidades de grandes portes como São Paulo, Rio de Janeiro e outras Metrôpoles passaram há duas décadas atrás. Com o fim do boom das commodities em

2014-15 e com o a crise interna brasileira, houve um aprofundamento do índice de desemprego na cidade pela redução da demanda de produção nas minas da serra dos carajás.

Devido a cidade ter vivido durante anos e anos com a pressão especulativa sobre o nível de renda em cima dos preços dos alimentos, do aluguel, do lazer, ou seja, o custo de vida sempre elevado em total desproporcionada em relação à outras cidades a sua volta. Esse conjunto de fatos intensificaram as ocupações irregulares, o poder público municipal não consegue acompanhar o ritmo e, portanto, serviços básicos como saúde, educação, segurança deixam a desejar.

Gráfico 7 – Taxa de Homicídio por 100 mil habitantes no Brasil, Pará e Parauapebas.



Fonte: Atlas da Violência, IPEA. 1996-2016.

Gráfico 8 – Relação entre Taxa de Homicídio com a Taxa Populacional



Fonte: Atlas da Violência-IPEA/IBGE, 1996-2016

Tabela 8 – Índice do número da Habitação com o Saneamento Básico

<i>Número de casas Habitacionais</i>			
<i>Total</i>	16.432		
<i>Necessidades de novos domicílios segundo o motivo</i>			
<i>Improvistos</i>	269		
<i>Cedidos</i>	2.485		
<i>Alugados</i>	3.178		
<i>Coabitados</i>	2.174		
<i>Necessidade Total</i>	8.106		
<i>Déficit Habitacional</i>	49,33%		
<i>Saneamento Básico (rede de água)</i>			
	Urbana	Rural	Total
<i>Rede Geral</i>	10.325	1.084	11.409
<i>Poço ou Nascente</i>	3.204	1.325	4.529
<i>Outras fontes</i>	250	244	494
<i>Esgoto Sanitário</i>			
<i>Rede Geral</i>	2.243	982	3.225
<i>Fossa Séptica</i>	6.370	279	6.649
<i>Fossa Rudimentar</i>	4.316	719	5.035
<i>Vala</i>	45	7	51
<i>Rio, Lago ou Mar</i>	51	-	51
<i>Outro Escoadouro</i>	754	666	1.420
<i>Coleta de Lixo</i>			
<i>Domicílios com a coleta de lixo</i>	13.598		
<i>Linha Telefônica</i>			
<i>Domicílios com linha Telefônica instalada</i>	2.429		
<i>Energia Elétrica</i>			
<i>Com iluminação</i>	13.511	2.202	15.714
<i>Sem Iluminação</i>	268	451	718

Fonte: SIIS - Sistema de Informações de Indicadores Sociais do Estado do Pará Abrangência: Parauapebas, 2000.

Tabela 9 – Taxa de domicílios abastecidos por serviços essenciais

<i>%</i>	<i>1991</i>	<i>2000</i>	<i>2010</i>
<i>% de domicílios com água encanada</i>	38,29	52,64	93,58
<i>% domicílios com energia elétrica</i>	79,34	95,15	99,80
<i>%domicílios com coleta de lixo</i>	71,60	89,11	98,30

Fonte: Atlas Brasil Org. 1991, 2000 e 2010.

O gráfico 7 e 8 fazem referência ao índice de violência na categoria homicídio, a qual nos anos de 2006, 2012 e 2014 revelam os maiores picos na violência em Parauapebas comparados ao mesmo período no Pará e do Brasil para o gráfico 6. O gráfico 8, já demonstra uma relação leve entre o aumento populacional com o índice de homicídio (embora a ausência de dados do emprego e desemprego como elo de ligação entres os fatores, demonstraria com quase perfeição a correlação).

Apresentação da Tabela 8, demonstra com clareza a deficiência do acompanhamento de serviços básicos ao processo de intensificação de ocupação urbana no ano de 2000. Apesar da presença da Tabela 9 com a devida atualização, mas somente de serviço como água encanada, energia elétrica e coleta de lixo alcançando quase 100% de margem de atuação. A do serviço de rede de esgoto infelizmente não foi localizado entre as buscas oficiais, mas ainda se encontra em poucos imóveis na cidade dos bairros antigos. Pois no novos bairros, são todos bairros planejados por empresas de construção.

E assim, demonstro em alguns eixos os reflexos provocados pela indústria mineral na transformação do espaço socioeconômico (população, economia, renda, transporte, saneamento básico e violência) urbano de Parauapebas, afim de exemplificar e entender um pouco melhor o papel de cada agente, como descreve Lobato (1989) no progresso da cidade que só tem 30 anos de emancipação e já vive caos de grandes metrópoles.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O município de Parauapebas presenciou no ano de 2013, o maior marco do seu Produto Interno Bruto Brasileiro - PIB ao ultrapassar cidades como São Paulo, Porto Alegre, Santos e a própria capital do estado do Pará (Belém) em número da balança comercial no específico ano. Muito desse crescimento se deve a exportação da commodities do minério de ferro extraído de Carajás, pela empresa Vale ao mercado chinês. Com a presença tão elevado do PIB, traz consigo também um aumento dos índices de desenvolvimento socioeconômico como se notou no capítulo III, mas que infelizmente foge um pouco da realidade em si. Pois a maior concentração de renda está centrada na indústria mineral e não nos setores terciários que apresenta o maior números de trabalhadores efetivos.

A cidade vive um dos grandes reflexos dessa expansão econômica vivido até o ano de 2015-16: *o desordenamento urbano*. Muito dela causado pelo grande fluxo populacional a cidade nos primeiros anos de atividade tanto na serra como na construção da estrada de ferro/rodoviária e que intensificaram depois do ano 2000-2010. Devido a esse grande fluxo acaba exercendo uma pressão na área habitacional fazendo que grandes ocupações irregulares apareçam ou adentrando na zona rural.

Outra consequência é o aumento da violência que no ano de 2012 e 2014 registaram picos de quase 80 por cem mil habitantes pela categoria homicídio. E também tem o problema de saneamento básico que não consegue acompanhar o ritmo atual de crescimento da cidade.

Mas o problema em si deste progresso da cidade está na sua fonte de receita que vem da base da matéria-prima que é finito e a cidade por mais que receba royalties como compensação financeira para atuar no melhoramento da esfera social, não anda surtindo muito efeito (mas fica essa questão do papel do royalties para ser discutido em algum outro momento oportuno mais para frente na vida acadêmica).

No capítulo I, vimos a construção do conceito de urbanização durante a história. No capítulo II, vimos o processo de industrialização como formação da identidade urbana brasileira. E no capítulo III, como o Estado ocupa a região Amazônica e dela aparece a cidade de Parauapebas como reação ao exercício da atividade mineradora na região sudeste do estado do Pará. E o seu reflexo diante dessa expansão.

Respondendo o foco desta monografia, cidades que nascem ou que simplesmente se modelam na base de alguma fonte primária tem dificuldade de se desprender deste laço, por uma simples lógica que toda a sua estrutura está para atender as necessidades dessas indústrias. Assim, como Lefebvre (2001) em que o processo de industrialização acaba englobando e modelando as estruturas físicas e sócias desta cidade.

E reforçando essa linha, poderá ser objeto de estudo futuro acerca da composição de duas teorias: a teoria de Milton Santos sobre o circuito superior e inferior, que faz neste caso abordagem da relação da dependência do inferior ao superior e delas as suas conseqüências. A qual nos países subdesenvolvido, em especial a cidade é no circuito inferior se encontrará o adensamento da carga no setor terciário e nela o grau elevado causado por choques que vier do superior. A outra teoria é a locacional de Perroux sobre os polos de crescimentos, não só em visão ao setor industrial, mas na visão das causas e efeitos.

Embora essas teorias não tenham sido trabalhadas durante a construção desta monografia em comparação aos reflexos da urbanização da cidade, pois ela cabe um longo de estudo do caso. E aqui fica a sugestão para uma possível continuidade deste trabalho de estudar cidades e desenvolver entendimento simples-complexo de seu grau de dependência nas redes urbanas brasileiras.

Por fim, é necessário que o poder público municipal estude com muita cautela todos os reflexos dos agentes e passe a criar modelos de incentivos a outra fontes de economia. E que crie um plano municipal de Saneamento Básico e de que crie um órgão que estude/análise/formule índices de levantamento socioeconômico na cidade para amenizar os impactos deste crescimento. Pois a pergunta que fica para os próximos responderem é qual será o legado após o fim da exploração do minério na cidade?

6. REFERÊNCIA

ABREU, A. **Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-nacional-de-desenvolvimento-pnd>>. Acessado: 12 maio 2018.

ASSUNÇÃO, S. **Brasil visto de cima – região de carajás**. GLOBOSAT, 31 maio 2017. 22m 46s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=UIrsdeWTYKA>>. Acessado: 20 maio 2018.

BECKER, B. K. **Por que a participação tardia da Amazônia na formação econômica do Brasil? 50 ANOS DE FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL-IPEA 2009**.

BRANDÃO, M. **Imigração e Migração no Brasil**. Distrito Federal. Disponível em: <<http://marcosbau.com.br/geobrasil-2/imigracao-e-migracao-no-brasil/>>. Acessado: 18 abr. 2018.

BRASIL. **Constituição da república federativa do Brasil de 1946**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1940-1949/constituicao-1946-18-julho-1946-365199-republicacao-1-pl.html>>. Acessado: 27 jun. 2018.

_____. **Decreto-Lei n. 60.079**, de 16 de janeiro de 1967. Aprova o "Regulamento Geral do Plano de Valorização Econômica da Amazônia". Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-60079-16-janeiro-1967-400999-retificacao-40708-pe.html>>. Acessado: 27 jun. 2018.

_____. **Decreto-Lei n. 77.608**, de 13 de maio de 1976. Outorga concessão, a Amazônia Mineração S.A. - AMZA, de construção, uso e gozo, sem ônus para União, de uma estrada de ferro, entre a Serra dos Carajás, no Estado do Pará, e a Baía de São Marcos, no Estado do Maranhão, nos termos das cláusulas de contrato a ser celebrado entre o Ministro dos Transportes e aquela empresa de mineração. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-77608-13-maio-1976-426485-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acessado: 27 jun. 2018.

_____. **Decreto-Lei de nº 1.806**, de 6 de janeiro de 1953. **Criação do Plano de Valorização Econômico da Amazônia pela Constituição Federal**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1806-6-janeiro-1953-367342-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 24 mar. 2018

_____. **Decreto-Lei n. 1.813**, de 24 de novembro de 1980. Institui regime especial de incentivos para os empreendimentos integrantes do Programa Grande Carajás e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De11813.htm>. Acessado: 27 jun. 2018.

_____. **Decreto-Lei n. 85.387**, de 24 de novembro de 1980. Dispõe sobre a composição, competência e funcionamento do Conselho Interministerial do Programa Grande Carajás e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1980-1984/D85387.htm>. Acessado: 27 jun. 2018.

_____. **Lei n. 4.595**, de 31 de dezembro de 1964. Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4595-31-dezembro-1964-353886-norma-pl.html>>. Acessado: 27 jun. 2018.

_____. **Lei n. 5.122**, de 28 de setembro de 1966. Dispõe sobre a transformação do Banco de Crédito da Amazônia em Banco da Amazônia S. A. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L5122.htm>. Acessado: 27 jun. 2018.

_____. **Lei n. 5.173**, de 27 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia; extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-1966-10-27-outubro-1966-358978-mensagem-135948-pl.html>>. Acessado: 27 jun. 2018.

_____. **Lei n. 5.174**, de 27 de outubro de 1966. Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais em favor da Região Amazônica e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-1966-10-27-outubro-1966-358981-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acessado: 27 jun. 2018.

_____. **Lei n. 5.727**, de 4 de novembro de 1971. Dispõe sobre o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), para o período de 1972 a 1974. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-1971-11-04-novembro-1971-358078-norma-pl.html>>. Acessado: 27 jun. 2018.

BERNADES, A.; Maia, F. Conheça a história de como Brasília integrou o país por meio das rodovias. **Correio Braziliense**. Brasília-DF, 08 ago. 2016. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2016/08/08/interna_cidadesdf,543502/conheca-a-historia-de-como-brasilia-integrou-o-pais.shtml>. Acessado: 10 jun. 2018.

BIELSCHOWSKY, R. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**, vol. 1. Ed. Record. Rio de Janeiro e São Paulo, 2000.

CASTRO, J. R. As commodities e seu impacto na economia do Brasil. **Nexo Jornal**. 31 mar. 2016. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/explicado/2016/03/31/As-commodities-e-seu-impacto-na-economia-do-Brasil>>. Acessado: 12 jun. 2018.

CANO, W. **Crise e industrialização no Brasil entre 1929 e 1954: a reconstrução do Estado Nacional e a política nacional de desenvolvimento**. Revista de Economia Política, vol.35. n° 3 (140). Pp.444-460. Jul.-set/2015

_____. **Questão Regional e Urbanização no Desenvolvimento Econômico Brasileiro pós 1930**. Anais do IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 1988.

FAISSOL, S. **Urbanização e Regionalização: relações com o desenvolvimento econômico**. Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica, IBGE. 1975.

FARIAS, M. O. C. **Operação Amazônia**. Relatório apresentado pelo Ministro extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais ao Presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castello Branco. MECOR, 5, 4. 1966.

FRITSCH, W. **Ordem e Progresso: Cem anos de política econômica republicana 1889-1989**. Cap. II: Apogeu e crise na primeira república:1900-1930. Ed. Campus. UNICAMP. 1995

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. – 34. Ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GREMAUD, A. P.; Vasconcellos, M. A. S.; Tolleto. Jr. R. **Economia Brasileira Contemporânea 7ª ed**. 11. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2014

HOLANDA, S. B.; Campos, P. M. **História Geral da Civilização Brasileira**. Cap. IV. Interpretação do Brasil uma experiência Histórica de Desenvolvimento. ed. Difel e ed. Bertrand. São Paulo, 1960 e 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro Geográfico e Estatística

KREUTZFELD, J. **Migrações brasileiras – Bahia e Santa Catarina extremos migratórios**. Blumenau, Santa Catarina. 2 set. 2013. Disponível em: < <http://www.geografia-ensinareaprender.com/2013/09/migracoes-brasileiras-bahia-e-santa.html>>. Acessado: 18 abr. 2018.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001

LEÓN, A. C. et al. **Planejamento Regional no Brasil: A Experiência da SUDAM**. Observatorium: Revista Eletrônica de Geografia, v.7, n.18, p. 02-21, set. 2015. Disponível em: <<http://www.observatorium.ig.ufu.br/pdfs/7edicao/n18/1.pdf>>. Acessado: 02 abril 2018

LOBATO, R. C. **O Espaço Urbano**. Ed. Editora Ática. São Paulo. PUCRS/BCE, 1989.

LOCKE, J. **Segundo Tratado do Governo Civil**. Clube do Livro Liberal. Ed. Vozes.

MADEIRA, W. do V. **Capitalismo Tardio e as veias abertas da Amazônia Brasileira**. 2000

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**: Livro I/Karl Marx; tradução de Reginaldo Sant'Anna. – 27ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MASCARENHAS, L.; Neto, S. L. **Superintendência do desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)**. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/superintendencia-do-desenvolvimento-do-nordeste-sudene>>. Acessado: 12 maio 2018.

MONTE-MOR, R. L. **O que é o Urbano, no mundo Contemporâneo**. Revista Paranaense de desenvolvimento, Curitiba, nº111, p.09-18. jul./dez. 2006

PENA, R. F. A. **O que é Urbanização?** Acessado no dia 25.05.2018. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-urbanizacao.htm>>.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUPEBAS. **Projeto de Macrodrenagem, Proteção de Fundos de Vale e Revitalização das margens do Rio Parauapebas – PROSAP**. Parauapebas-PA, jun. 2017. Disponível em: <http://www.parauapebas.pa.gov.br/images/ANO2018/JANEIRO/PROSAP/AAE_Parauapebas_P2_Diagnostico.pdf>. Acessado: 22 maio 2018.

RAMOS, J.R. **O Projeto Araguaia: seus objetivos, métodos empregados, estágios que o compõem e seu atual Estado de desenvolvimento**. Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística, Rio de Janeiro. 1958.

RIBEIRO, R. **ICEJ – CAP. 15 – A organização do espaço na Amazônia**. 23 out 2012. Disponível em: < <https://pt.slideshare.net/profrodriquiribeiro/cap-15-a-organizacao-do-espao-na-amaznia>>. Acessado: 5 jun. 2018.

ROUSSEAU, J. J. **Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade Entre os Homens**. Tradução Maria Ernantina Galvão: cronologia e introdução Jacques Roger. 2º ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SANDRONI, P. (Coord.). **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

SANTOS, R. L. dos. O Projeto Grande Carajás – PGC e algumas consequência regionais. In: Congresso Internacional de História, 4, 2009, Maringá-PR. **Programa de Pós-Graduação em História da UEM**, 2009. Disponível em: <<http://www.pph.uem.br/cih/anais/trabalhos/110.pdf>>. Acesso em: 11 abril 2018.

SOUZA, R.; MIRANDA, E.; PALHETA, J. M. O processo de formação de novos territórios na Amazônia: O Caso de Canaã dos Carajás. In. Encontro Nacional dos Geógrafos, 16, 2010, Porto Alegre-RS. **Anais eletrônicos**. Porto Alegre-RS: AGB-SP, 2010. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/69697254-O-processo-de-formacao-de-novos-territorios-na-amazonia-o-caso-de-canaa-dos-carajas.html>>. Acessado: 14 abril 2018.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e Urbanização**. Geografia Contexto.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA. **O novo sistema de ação do governo federal na Amazônia**. Legislação Básica, v 1. Editora Spencer S.A, Rio de Janeiro, GB. 1967.

SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA. **Prespectiva do Primeiro Plano Quinquenal e Concepção Preliminar da Valorização Econômica da Amazônia**. Setor de Coordenação e Divulgação. Pará, Belém. 1954

SUZIGAN, W. **Industria Brasileira: origem e desenvolvimento**. ed. Brasiliense

VALE. **Carajás, 50 anos: A Descoberta**. 31 jul. 2017. 10m 15s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=cH7Opx6Sfs8>>. Acessado: 20 maio 2018.

_____. **Carajás, 50 anos: A Pesquisa**. 7 ago. 2017. 9m 37s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bg0p7N3N4Mw>>. Acessado: 20 maio 2018.